

CÂMARA MUNICIPAL

Odielas

Boletim Municipal das Deliberações e Decisões

Ano XIX - N.º 9 / 2018

15 de maio de 2018



FICHA TÉCNICA:

Diretor: Presidente da Câmara Municipal de Odivelas,
Dr. Hugo Manuel dos Santos Martins

Propriedade e Edição: Câmara Municipal de Odivelas, Rua Guilherme Gomes Fernandes,
Quinta da Memória, 2675-367 Odivelas

Coordenação, Layout e Paginação: Câmara Municipal de Odivelas
Área do Boletim Municipal das Deliberações e Decisões

Periodicidade: Quinzenal

Data de publicação: 15 de maio de 2018

Tiragem: 20 Exemplares

N.º de Depósito Legal: 263350/07

Distribuição Gratuita

Fotos de capa: 1 – António Diogo, 2 – Sara Pinto, 3 – Sara Pinto, 4 – António Diogo, 5 – Morgana Rodrigues,
6 – Vera Esteves, 7 – Vera Esteves, 8 – António Diogo, 9 – Sara Pinto, 10 – Sara Pinto.

Correspondência relativa ao Odivelas Boletim Municipal das Deliberações e Decisões,
deve ser dirigida a:

Câmara Municipal de Odivelas,
Avenida Amália Rodrigues, N.º 27, Piso 0 - Urbanização da Ribeirada - 2675-432 Odivelas

Telefone: 21 932 09 00 - Fax: 21 934 43 06

Disponível on-line através do site oficial da Câmara Municipal de Odivelas: www.cm-odivelas.pt/



ÍNDICE

CÂMARA MUNICIPAL

9.ª REUNIÃO ORDINÁRIA realizada em 7 de maio de 2018

	Página
Atas	7
6.ª Alteração Orçamental Extraordinária 2018, 7.ª Modificação Orçamental	7
2.ª Revisão Orçamental 2018, 8.ª Modificação Orçamental	8
Estrutura Orgânica Nuclear da Câmara Municipal de Odivelas	8
1.ª Revisão Orçamental de 2018 dos Serviços Intermunicipalizados de Águas e Resíduos de Loures e Odivelas	8
Acordo Adicional de Execução para a Concretização de Delegação Legal de Competências da Câmara Municipal de Odivelas na Junta da União de Freguesias de Ramada e Caneças - Urbanização Quinta das Flores, em Caneças	8
Empreitada de “remodelação e ampliação da escola dos Castanheiros em Caneças” - adjudicação e minuta do contrato	9
Regulamento do Conselho Municipal do Desporto de Odivelas	11
Contrato de Comodato entre o Município de Odivelas e a Federação de Ginástica de Portugal.	11
Atribuição de apoio financeiro ao Grupo de Danças e Cantares do Casal do Rato	13
Aceitação de doação do artista Luís de Figueiredo	13
Realização da iniciativa “Passeio Sénior 2018”	13
Perdão de dívida referente a refeições escolares	14
Atribuição de apoio às visitas de estudo para o ano letivo 2017/2018	14
Plano de Ação Social e Transportes Escolares - Ano Letivo 2018/2019	14
Atribuição de subsídio para comunicações aos jardins-de-infância e escolas do 1.º ciclo do ensino básico da rede pública do Concelho de Odivelas - 2018	15
Apoio ao Centro de Cultura e Desporto dos Trabalhadores do Município de Odivelas	15
Alteração ao Alvará de loteamento n.º 1/2007, do Bairro Quinta das Pretas para o lote 13, na União das Freguesias de Pontinha e Famões	15
Alteração ao alvará de Loteamento n.º 7/92, do Bairro Moinho do Baeta para o lote 169, na União de Freguesias de Ramada e Caneças	15
Substituição do meio de garantia da caução prestada por hipoteca legal, constituída sobre o lote A-149, da Rua D. José, no Bairro dos Pedernais, na União de Freguesias de Ramada e Caneças	16
Substituição do meio de garantia da caução prestada por hipoteca legal, constituída sobre o lote 68, da Rua 19 de Junho, no Bairro Sol Nascente, na União de Freguesias de Pontinha e Famões	16



	Página
UNIDADES ORGÂNICAS	
Despachos	16
Editais	17
Avisos	18
Decisões com Eficácia Externa	21
 ASSEMBLEIA MUNICIPAL	
8.ª SESSÃO EXTRAORDINÁRIA realizada em 3 de maio de 2018	
Moções	33
Votos de Saudação	34
Passagem de Pontos para uma próxima Sessão da Assembleia Municipal	35
 Anexo	37
Projeto do Plano de Ação Social e Transportes Escolares (Consulta Pública)	



CÂMARA MUNICIPAL DE ODIVELAS





CÂMARA MUNICIPAL

9.ª REUNIÃO ORDINÁRIA

Realizada em 7 de maio de 2018

DELIBERAÇÕES

ATAS

ATA DA 4.ª REUNIÃO ORDINÁRIA DE 2018

Ata da 4.ª reunião ordinária da Câmara Municipal de Odivelas, realizada a 21 de fevereiro de 2018.

(Aprovada por unanimidade dos presentes na citada reunião, de 21 de fevereiro de 2018)

ORÇAMENTO

7.ª MODIFICAÇÃO ORÇAMENTAL 6.ª ALTERAÇÃO ORÇAMENTAL EXTRAORDINÁRIA 2018

Ratificação do despacho do Presidente da Câmara Municipal de Odivelas, exarado na informação n.º Interno/2018/4199, de 2018.04.19, a autorizar a 6.ª Alteração Orçamental Extraordinária 2018, 7.ª Modificação Orçamental, nos termos da informação n.º Interno/2018/4199, de 2018.04.19 e dos mapas anexos, que farão parte integrante da ata da presente reunião, de acordo com o proposto na referida informação.

“6.ª Alteração Orçamental (Extraordinária)

A 6.ª Alteração Orçamental de 2018 reveste-se de caráter extraordinário e reproduz a necessidade de ajustamentos (reforços e anulações) de algumas rubricas dos serviços municipais, imprescindíveis ao seu normal funcionamento. Destacam-se:

-No Gabinete de Tecnologia, Informação e Conhecimento:

O valor de 1.500,00 euros (mil e quinhentos euros), referente ao projeto “Software / Licenciamento / Manutenção”.

-No Departamento Jurídico e de Gestão Financeira e Patrimonial:

O reforço de 30.000,00 euros (trinta mil euros), relativo ao projeto “Vigilância e Segurança”;

14.300,00 Euros (catorze mil e trezentos euros), para o projeto “Aquisição de Património – Terrenos”.

-No Departamento de Obras Municipais e Habitação:

577.609,17 Euros (quinhentos e setenta e sete mil, seiscentos e nove euros e dezassete centésimos), para o projeto “Escolas Básicas 1.º Ciclo/Jardins de Infância”.

-No Departamento de Gestão Educativa, Juventude, Cultura e Ambiente:

No projeto “Passeio Sénior”, o valor de 8.600,00 € (oito mil e seiscentos euros).

Deste modo, a Alteração Orçamental do lado da Despesa totaliza 636.951,17 Euros (seiscentos e trinta e seis mil, novecentos e cinquenta e um euros e dezassete centésimos), verificando-se um aumento das despesas de capital no valor de 57.380,31 Euros (cinquenta e sete mil, trezentos e oitenta euros e trinta e um centésimos), por contrapartida de um decréscimo de igual montante ao nível das despesas correntes, conforme quadro seguinte:

Modificação Despesa

Quadro Síntese

	Inscrições / Reforços	Diminuições / Anulações
Total de Despesas Correntes	43.542,00	100.922,31
Total de Despesas Capital	593.409,17	536.028,86
Total Geral	636.951,17	636.951,17

(un: euros)

(Aprovada por maioria)



**8.ª MODIFICAÇÃO ORÇAMENTAL
2.ª REVISÃO ORÇAMENTAL 2018**

2.ª Revisão Orçamental 2018, 8.ª Modificação Orçamental, nos termos da informação n.º Interno/2018/4458, de 2018.04.27 e dos mapas anexos, que farão parte integrante da ata da presente reunião.

Carece de deliberação por parte da Assembleia Municipal

(Aprovada por maioria)

ESTRUTURA ORGÂNICA NUCLEAR

**ESTRUTURA ORGÂNICA NUCLEAR
DA CÂMARA MUNICIPAL DE ODIVELAS**

Proposta de Estrutura Orgânica Nuclear da Câmara Municipal de Odivelas, de acordo com a Proposta n.º 05/PRES/2018.

Carece de deliberação por parte da Assembleia Municipal

(Aprovada por maioria)

**SERVIÇOS INTERMUNICIPALIZADOS DE
ÁGUAS E RESÍDUOS DE LOURES E ODIVELAS**

1ª REVISÃO ORÇAMENTAL DE 2018

Na sequência do deliberado pelo Conselho de Administração dos Serviços Intermunicipalizados de Águas e Resíduos, Loures e Odivelas - SIMAR, na sua 3ª Reunião Extraordinária, realizada em 20 de abril de 2018, foi remetido à Câmara Municipal de Odivelas, a Proposta 166/2018, através do ofício S/11861 de 20 de abril de 2018, referente à 1.ª Revisão Orçamental de 2018 dos Serviços Intermunicipalizados de Águas e Resíduos de Loures e Odivelas. De acordo com o constante na informação dos serviços da Câmara Municipal de Odivelas com o n.º Interno/2018/4347, de 2018.04.23, é proposto para apreciação e deliberação do executivo municipal a 1.ª Revisão Orçamental de 2018 dos Serviços Intermunicipalizados de Águas e Resíduos de Loures e Odivelas, elaborada com base na integração do saldo de gerência (execução orçamental) de 2017, no montante de €6.845.616,00 (seis milhões oitocentos e quarenta e cinco mil seiscentos e dezasseis euros), tendo sido contempladas todas as propostas apresentadas pelas diversas unidades orgânicas, apresentando um incremento de €2.909.500,00 (dois milhões novecentos e nove mil e quinhentos euros)

em despesas de capital e €3.936.116,00 (três milhões novecentos e trinta e seis mil e cento e dezasseis euros) em despesas correntes.

Este assunto carece de deliberação em Assembleia Municipal.

(Aprovado por maioria)

ACORDO ADICIONAL DE EXECUÇÃO

**ACORDO ADICIONAL DE EXECUÇÃO PARA A MANUTENÇÃO DA
LIMPEZA DAS VIAS E ESPAÇOS PÚBLICOS, SARJETAS E
SUMIDOUROS DA URBANIZAÇÃO QUINTA DAS FLORES EM
CANEÇAS, ALVARÁ DE LOTEAMENTO N.º 7/2005/DLO**

Acordo Adicional de Execução para a Concretização de Delegação Legal de Competências da Câmara Municipal de Odivelas na Junta da União de Freguesias de Ramada e Caneças para a Manutenção da Limpeza das Vias e Espaços Públicos, Sarjetas e Sumidouros da Urbanização Quinta das Flores, em Caneças, alvará de loteamento 7/2005, cuja extensão é de 240 metros lineares. Aplicados os critérios definidos nos termos do n.º 4 da cláusula 3.ª e do n.º 3 da cláusula 4.ª, aferiu-se o valor anual de €943,49 (novecentos e quarenta e três euros e quarenta e nove centimos), com transferência à razão de 1/12 mês, de acordo com constante e o proposto na Informação Interno/2018/3954, de 2018.04.12.

“ACORDO ADICIONAL DE EXECUÇÃO PARA A CONCRETIZAÇÃO DA DELEGAÇÃO LEGAL DE COMPETÊNCIAS DA CÂMARA MUNICIPAL DE ODIVELAS NA JUNTA DA UNIÃO DE FREGUESIAS DE RAMADA E CANEÇAS PARA A MANUTENÇÃO DAS VIAS E ESPAÇOS PÚBLICOS, SARJETAS E SUMIDOUROS

Entre:

O MUNICÍPIO DE ODIVELAS, pessoa coletiva de direito público n.º 504293125, com sede nos Paços do Concelho, Quinta da Memória, na Rua Guilherme Gomes Fernandes, em Odivelas, neste ato representado pelo Senhor Presidente da Câmara Municipal de Odivelas, Dr. Hugo Manuel dos Santos Martins, e

A JUNTA DA UNIÃO DE FREGUESIAS DE RAMADA e CANEÇAS, pessoa coletiva de direito público n.º 510839088, com sede na Rua Vasco Santana n.º 1-C 2620-364 Ramada, neste ato representada pelo Senhor Presidente da Junta da União de Freguesias de Ramada e Caneças, Manuel António Varela da Conceição,

é celebrado o presente acordo adicional de execução para concretização da delegação legal de competências da Câmara Municipal, nos termos e ao abrigo do disposto



nos n.ºs 4 e 5 da Cláusula 3.ª e do n.º 3 da cláusula 4.ª do respetivo Acordo de Execução.

E após aprovação dos respetivos órgãos deliberativos, nos termos da Deliberação da Câmara Municipal tomada na sua ...ª Reunião Ordinária de ... de ... de ... de 2018, é subscrito e reciprocamente aceite o presente acordo adicional, o qual se rege pelos termos e cláusulas seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA

A Junta da União de Freguesias de Ramada e Caneças obriga-se a manter a limpeza das vias e espaços públicos, sarjetas e sumidouros inseridos na Urbanização Quinta das Flores, Caneças, alvará de loteamento 7/2005, cuja extensão é de 240 metros lineares, definida na planta de localização em anexo.

CLÁUSULA SEGUNDA

O Município de Odivelas obriga-se a transferir anualmente para a Junta da União de Freguesias de Ramada e Caneças os meios financeiros destinados ao exercício desta competência, no montante anual de 943,49 € (novecentos e quarenta e três euros e quarenta e nove cêntimos), sendo fixados em função dos encargos com recursos humanos, patrimoniais e financeiros necessários ao bom desempenho da competência delegada, até ao final do mandato de 2017/2021, e levando em conta os custos inerentes a cada metro linear de espaço público a limpar.

CLÁUSULA TERCEIRA

A Junta da União de Freguesias de Ramada e Caneças obriga-se a assegurar a limpeza das vias e espaços públicos da respectiva área urbana nomeadamente os descritos no artigo 40.º do Regulamento de Resíduos e da Higiene e Limpeza de Espaços Públicos.

CLÁUSULA QUARTA

A Junta da União de Freguesias de Ramada e Caneças obriga-se a permitir que a manutenção da zona objeto do presente Acordo Adicional seja acompanhada pelos técnicos municipais bem como a cumprir todas as orientações técnicas fornecidas extraordinariamente por aqueles com o objetivo de assegurar a melhor manutenção da zona em causa.

Odivelas, ... de de 2018

O Presidente da Câmara Municipal de Odivelas

O Presidente da Junta da União de Freguesias de Ramada e Caneças”

(Aprovado por unanimidade)

CONTRATO DE EMPREITADA

REMODELAÇÃO E AMPLIAÇÃO DA ESCOLA DOS CASTANHEIROS EM CANEÇAS – RATIFICAÇÃO DO ATO DE ADJUDICAÇÃO E APROVAÇÃO DA MINUTA DO CONTRATO

Ratificação do Ato de Adjudicação da empreitada de “remodelação e ampliação da escola dos Castanheiros em Caneças”, à empresa FCM-Construções, S.A., constante na folha 1393 do processo n.º 2607/RA-DOMHT, pelo valor de €1.797.000,00 (um milhão setecentos e noventa e sete mil euros), a que acrescentará o I.V.A. à taxa legal em vigor, e aprovação da Minuta do Contrato, relativo à referida empreitada, constante na folha 1450 e seguintes do processo, de acordo com o proposto na informação Interno/2018/4339, de 2018.04.23.

«CONTRATO DE EMPREITADA N.º 88/17 “REMODELAÇÃO E AMPLIAÇÃO DA ESCOLA DOS CASTANHEIROS, EM CANEÇAS”

- No dia 29 de novembro de 2017, no Edifício da Câmara Municipal de Odivelas, perante mim, Lina Maria Palma do Nascimento, Licenciada em Administração Regional e Autárquica, designada Oficial Público, conforme despacho de designação número 46/PRES/2017, proferido pelo Presidente da Câmara Municipal de Odivelas, em 30 de outubro de 2017, compareceram como outorgantes: -----

PRIMEIRO – Município de Odivelas, pessoa coletiva de direito público com o número 504 293 125, com sede na Quinta da Memória, Rua Guilherme Gomes Fernandes, 2675-372 Odivelas, representado pelo Presidente da Câmara Municipal, Dr. Hugo Manuel dos Santos Martins, com domicílio profissional na Quinta da Memória, Rua Guilherme Gomes Fernandes, 2675-372 Odivelas, no uso da competência que lhe é conferida pela alínea f) do n.º 2, do artigo 35.º do Anexo I à Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua redação atual. -----

SEGUNDA – FCM – Construções, S.A, com sede na Praceta do Mercado, n.º 9, 2605-871 Casal de Cambra, matriculada na Conservatória do Registo Comercial, com o número único de matrícula e de identificação de pessoa coletiva, 503 942 570, com o capital social da importância de 1.800.000,00, neste ato representada pelo administrador Mário Rodrigues da Silva, natural da freguesia de Várzea da Serra, concelho de Tarouca, portador do cartão de cidadão com o número de identificação civil 09966564, 6ZZ2, válido até 02 de maio de 2018, com domicílio profissional na Praceta do Mercado, n.º 9, 2605-871 Casal de Cambra e pelo procurador António José Lopes dos Santos Costa, natural de Moçambique, portador do cartão de cidadão com o número de identificação civil 07953573 9 ZZ5, válido até 23 de agosto de 2018, residente em



Passeio dos Mastros, Lote 4.17.01 H, 3.º A, 1990-377 Moscavide, com poderes para o ato, conforme verifiquei através da consulta on-line da certidão permanente, com o código de acesso 0126-254-3639, subscrita em 13 de fevereiro de 2017 e válida até 13 de fevereiro de 2018 e da procuração datada de 01 de agosto de 2017, titular do alvará de empreiteiro de obras públicas com o número 32789-PUB, inscrita desde 20 de outubro de 2000, emitido pelo Instituto dos Mercados Públicos do Imobiliário e da Construção.-----

- Verifiquei a identidade dos outorgantes, quanto ao primeiro por conhecimento pessoal e a dos segundos pela exibição dos respetivos documentos de identificação. ----

- Entre os outorgantes é acordado o presente contrato de empreitada, o qual foi precedido de procedimento por Concurso Público, nos termos da alínea b) do artigo 19.º do Código dos Contratos Públicos, aprovado pelo Decreto-Lei número 18/2008 de 29 de janeiro, na sua redação atual, doravante designado CCP, o qual se rege pelas cláusulas seguintes: -----

Cláusula Primeira
(Objeto do contrato)

O presente contrato tem por objeto a “Empreitada de Remodelação e Ampliação da Escola dos Castanheiros, em Caneças”. -----

Cláusula Segunda
(Ato de adjudicação e aprovação da minuta)

A empreitada objeto do presente contrato foi adjudicada em 01 de setembro de 2017 e a minuta contratual aprovada em 31 de outubro de 2017, por despacho do Senhor Presidente da Câmara Municipal de Odivelas, Dr. Hugo Martins. -----

Cláusula Terceira
(Preço Contratual e Classificação Orçamental)

1 - O preço contratual é de € 1.797.000,00 (um milhão, setecentos e noventa e sete mil euros), acrescido de IVA – Imposto sobre o Valor Acrescentado, à taxa legal em vigor. -----

2 - O encargo resultante do contrato para o ano em curso tem cabimento na rubrica seguinte: COE – 25.02/07.01.03.05; Plano – 2016/I/43, com os n.ºs 2371/2016 e 2416/2017 e compromisso com o n.º 4347/2017. -----

Cláusula Quarta
(Prazo e duração contratual)

1 – O prazo de execução da obra é de 300 (trezentos dias), contados desde a data da conclusão da consignação total ou da primeira consignação parcial, ou da data em que o

dono da obra comunique ao empreiteiro a aprovação do Plano de Segurança e Saúde, caso esta última seja posterior, nos termos dos números 16 e 16.1 das cláusulas especiais do caderno de encargos -----

Cláusula Quinta
(Caução)

A execução da obra será garantida pela caução apresentada pela segunda outorgante, no valor de 89.850,00 € (oitenta e nove mil, oitocentos e cinquenta euros), referente a 5% do preço contratual, sem IVA, prestada mediante a apresentação de seguro-caução, apólice n.º 100018419/200, emitido pela Cossec – Companhia de Seguro de Créditos, S.A, de acordo com o estipulado na cláusula 19.ª do Programa de Procedimento.

Cláusula Sexta
(Revisão de Preços)

1 - A fórmula aplicável de revisão de preços, de acordo com o estipulado no número 14 das cláusulas especiais do caderno de encargos, será a seguinte: -----

$$Ct = 0,43 St/So + 0,03 M03t/M03o + 0,03 M06t/M06o + 0,03 M09t/M09o + 0,02 M10t/M10o + 0,02 M18t/M18o + 0,05 M20t/M20o + 0,01 M23t/M23o + 0,05 M24t/M24o + 0,01 M25t/M25o + 0,01 M26t/M26o + 0,01 M29t/M29o + 0,02 M32t/M32o + 0,04 M40t/M40o + 0,02 M42t/M42o + 0,04 M43t/M43o + 0,01 M45t/M45o + 0,05 M46t/M46o + 0,02 Et/Eo + 0,10.---$$

2 - Os índices ponderados dos materiais e salários a considerar serão publicados, periodicamente, no Diário da República (IIª Série). -----

3 - Os cálculos das revisões de preços deverão ser elaborados pelo Adjudicatário, com base nos Autos de Medição e Plano de Pagamentos, sendo devidos após a apresentação dos mesmos nos termos do Decreto – Lei n.º 6/2004, de 6 de janeiro. -----

Cláusula Sétima
(Elementos contratuais)

1 - Fazem parte integrante do presente contrato os documentos previstos no n.º 2 do artigo 96.º do CCP. ----

2 - Em caso de divergência entre os documentos referidos no número anterior, a prevalência é determinada segundo a ordem pela qual são indicados no referido preceito legal.

3 - Em caso de divergência entre os documentos referidos no n.º 1 e o clausulado do presente contrato, prevalecem os primeiros, salvo quanto aos ajustamentos propostos de acordo com o disposto no artigo 99.º do CCP e aceites pelo Segundo Outorgante nos termos do disposto no artigo 101.º do mesmo Código. -----



Cláusula Oitava
(Lei Aplicável)

Quanto ao mais, serão aplicadas as normas reguladoras do CCP. -----

Cláusula Nona
(Foro Competente)

Para resolução de todos os litígios decorrentes do presente contrato fica estipulada a competência do Tribunal Administrativo e Fiscal de Lisboa, com expressa renúncia a qualquer outro. -----

Arquivo:-----

- a) Cópia da Certidão permanente, com o código de acesso 0126-254-3639, subscrita em 13 de fevereiro de 2017 e válida até 13 de fevereiro de 2018; -----
 - b) Cópia da procuração datada de 01 de agosto de 2017;-
 - c) Cópia da Declaração emitida, em 07 de setembro de 2017, pelo Serviço Segurança Social Direta, comprovativa da situação contributiva da adjudicatária; -----
 - d) Cópia da Certidão emitida, em 20 de setembro de 2017, pelo Serviço de Finanças de Sintra-4. Queluz, comprovativa da situação tributária da adjudicatária; ----
 - e) Alvará de Empreiteiro de Obras Públicas com o número 32789-PUB, emitido pelo Instituto dos Mercados Públicos do Imobiliário e da Construção; -----
 - f) Cópia dos Certificados de Registos Criminais emitidos, em 11 de outubro de 2017, pelo Ministério da Justiça – Direção Geral da Administração da Justiça, válidos até 11 de janeiro de 2018, comprovativos de que os titulares dos órgãos sociais da segunda outorgante não se encontram nas situações previstas nas alíneas b) e i) do artigo 55.º do Código dos Contratos Públicos; -----
- Foi dispensada a leitura dos documentos complementares deste contrato, do qual fazem parte integrante, por os outorgantes terem declarado que conhecem perfeitamente o seu conteúdo. -----
- Aos outorgantes fiz em voz alta a leitura deste contrato e a explicação do seu conteúdo. -----
- _____
- _____
- _____
- _____

Conta: Pago por meio da guia n.º 16493-----»

(Aprovado por unanimidade)

CONSELHO MUNICIPAL DO DESPORTO

**REGULAMENTO DO CONSELHO MUNICIPAL
DO DESPORTO DE ODIVELAS - APÓS CONSULTA PÚBLICA**

Regulamento do Conselho Municipal do Desporto de Odivelas, deliberado na 4.ª reunião ordinária da Câmara Municipal de Odivelas, realizada em 21 de fevereiro de 2018 (*Boletim Municipal das Deliberações e Decisões n.º 4 de 2018*, página 9), submetido a Consulta Pública, nos termos do disposto no artigo 101.º do *Código de Procedimento Administrativo*, efetuada pelo Edital n.º 25/PRES/2018, de 2 de março de 2018, publicado no *Boletim Municipal das Deliberações e Decisões n.º 4 de 2018*, página 18 e anexo, sem que tenham sido apresentados quaisquer contributos, de acordo com o proposto na informação Interno/2018/4289, de 2018.04.23.

Este assunto carece de deliberação em Assembleia Municipal.

(Aprovado por unanimidade)

CONTRATO DE COMODATO

**MINUTA DO CONTRATO DE COMODATO A CELEBRAR COM A
FEDERAÇÃO DE GINÁSTICA DE PORTUGAL**

Proposta de Celebração de Contrato de Comodato entre o Município de Odivelas e a Federação de Ginástica de Portugal. Nos termos da minuta do contrato é comodatado o edifício designado Polidesportivo Municipal Honório Francisco, sito na Rua Álvaro de Campos, Codivel, em Odivelas, descrito na Conservatória do Registo Predial sob a ficha 6553, e inscrito na matriz predial respetiva sob o artigo provisório P12932, ambos da freguesia de Odivelas, com o valor patrimonial atual de €10.634,98 (dez mil seiscentos e trinta e quatro euros e noventa e oito centimos), destinando-se o referido edifício única e exclusivamente à prossecução dos fins definidos pelos Estatutos da Federação de Ginástica de Portugal. O referido contrato é celebrado pelo prazo de trinta anos, a contar da data da sua assinatura, renovável por períodos de cinco anos, de acordo com o proposto na informação n.º Interno 2018/3720, de 2018.04.06.

«Contrato de Comodato N.º ____/GGPAG/2018

ENTRE,

MUNICÍPIO DE ODIVELAS, Pessoa Coletiva n.º 504 293 125, com sede na Quinta da Memória, Rua Guilherme Gomes Fernandes, 2675-372 Odivelas, neste ato



representado pelo Presidente da Câmara Municipal, Hugo Martins, nos termos do disposto na alínea a) do n.º 1 do artigo 35.º do Anexo I à Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, que estabelece o Regime Jurídico das Autarquias Locais, adiante designado por Comodante,

E

FEDERAÇÃO DE GINÁSTICA DE PORTUGAL, Pessoa Coletiva com o n.º 501 381 074, com sede na Estrada da Luz, n.º 30-A, 1600-159 Lisboa, representada neste ato pelo seu Presidente, João Paulo do Nascimento e Oliveira da Rocha, natural da Lapa, Concelho de Lisboa, residente na Rua das Flores, n.º 11 B, 3º Esquerdo, 2845 – 367 Amora, Contribuinte Fiscal n.º 176 127 933, portador do Cartão de Cidadão com o número de Identificação Civil 05511302 8ZY5, válido até 01 de agosto de 2021, adiante designada por Comodatária,

É celebrado e reciprocamente aceite o presente Contrato de Comodato, nos termos da alínea ee) do n.º 1 do artigo 33.º do Anexo I à Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, e artigo 1129.º e seguintes do Código Civil, aprovado pela Câmara Municipal de Odivelas na sua ___ Reunião Ordinária, de ___ de _____ de 2018, o qual se rege pelas cláusulas seguintes:

Cláusula 1ª

O Comodante é proprietário e legítimo possuidor do edifício designado Polidesportivo Municipal Honório Francisco, sito na Rua Álvaro de Campos, Codivel, em Odivelas, descrito na Conservatória do Registo Predial sob a ficha 6553, e inscrito na matriz predial respetiva sob o artigo provisório P12932, ambos da Freguesia de Odivelas, com o valor patrimonial atual de € 10.634,98 (dez mil seiscentos e trinta e quatro euros e noventa e oito cêntimos).

Cláusula 2ª

Pelo presente contrato é comodatado o edifício identificado na Cláusula anterior, destinando-se este, única e exclusivamente, à prossecução dos fins definidos pelos Estatutos da Comodatária.

Cláusula 3ª

O presente contrato é celebrado pelo prazo de 30 (trinta) anos, a contar da data da sua assinatura, renovável por períodos de cinco (cinco) anos, salvo se qualquer das partes o denunciar com aviso prévio de 90 (noventa) dias relativamente à data do seu termo, através de comunicação escrita com aviso de receção.

Cláusula 4ª

1. Para além das obrigações constantes do artigo 1135.º do Código Civil, a Comodatária fica especialmente obrigada a manter o edifício, objeto da cedência, em bom estado de

conservação, não o podendo aplicar a fim diverso daquele a que o mesmo se destina, nem ceder a terceiros o seu uso sem autorização expressa do Comodante.

2 - A Comodatária obriga-se a ceder o direito de utilização do edifício ao Comodante, com base em aviso prévio, comunicado por este com 30 dias de antecedência, nas seguintes condições:

a) Aos estabelecimentos de ensino do Município, no âmbito das suas atividades, pelo período de 10 horas semanais, em horários a acordar entre as partes envolvidas;

b) Ao Comodante, no âmbito das suas atividades, até 10 horas semanais, em horários a acordar entre as partes.

3 - Durante os períodos de utilização acordados no número anterior, a Comodatária obriga-se a disponibilizar os seguintes equipamentos de apoio: nave, balneários e demais instalações de apoio à atividade.

Cláusula 5ª

1 - A Comodatária poderá proceder às obras que considere úteis e necessárias à prossecução dos fins a que se destina o edifício comodatado, desde que previamente autorizadas, por escrito, pelo Comodante.

2 - As obras referidas no número anterior ficarão a cargo da Comodatária.

3 - Todas as despesas que resultem da realização das obras de que o edifício careça, por força da sua utilização, manutenção e conservação, constituirão responsabilidade da Comodatária.

4 - A Comodatária dispõe de um (1) ano, após a assinatura do contrato, para dar início à construção e três (3) anos para concluir a obra.

Cláusula 6ª

A Comodatária responderá por todas as deteriorações que se venham a verificar durante a vigência do presente contrato de comodato, com exceção das decorrentes de um normal e prudente uso.

Cláusula 7ª

1 - As despesas de funcionamento, designadamente, as referentes aos consumos de água, eletricidade, limpeza, e consumos respeitantes a comunicações, são da responsabilidade da Comodatária, devendo a mesma providenciar pela alteração da titularidade dos respetivos contratos para seu nome.



2 – São, ainda, responsabilidade da Comodatária os seguros necessários ao exercício dos fins da cedência, designadamente, o seguro obrigatório contra o risco de incêndio, previsto no artigo 1429.º do Código Civil, o de destruição, por causas naturais ou de ação humana, das instalações cedidas, bem como o seguro de recheio, relativamente a bens e equipamentos existentes no referido edifício, e o seguro previsto no Decreto-Lei n.º 100/2003, de 23 de maio, na sua redação atual.

Cláusula 8ª

1 – Findo o contrato, o edifício comodatado será restituído em bom estado de conservação ao Comodante e sem direito a qualquer indemnização da Comodatária pelas obras, por esta, realizadas.

2 – A Comodatária poderá levantar as benfeitorias por si realizadas apenas e caso não provoque danos no edifício comodatado, não tendo direito a haver o valor delas no caso contrário.

Cláusula 9ª

1 – O presente contrato cessa os seus efeitos nos termos gerais de Direito, não obstante o Comodante poder resolver o contrato com fundamento em justa causa.

2 – Considera-se justa causa, designadamente, a utilização do edifício comodatado para fins estranhos aos consagrados nos Estatutos da Comodatária.

3 – É considerada condição resolutiva a cessação do uso do edifício bem como o incumprimento do estatuído na Cláusula 7ª do presente contrato por parte da Comodatária.

4 – Para os efeitos estabelecidos na primeira parte do número anterior, considera-se cessação do uso do edifício comodatado, a não utilização do mesmo nos termos estabelecidos no presente contrato por prazo superior a 90 (noventa) dias.

Cláusula 10ª

Em tudo o que o presente contrato for omissivo aplicam-se, subsidiariamente, as disposições legais em vigor, nomeadamente, o estabelecido nos artigos 1129.º a 1141.º do Código Civil.

Cláusula 11ª

Para resolução dos litígios emergentes do presente contrato, será competente o Tribunal Judicial da Comarca de Lisboa Norte, com expressa renúncia a qualquer outro.

Odivelas, __ de _____ de 2018.

O presente contrato foi feito em duplicado, ficando um original devidamente assinado para cada um dos outorgantes.

Por estarem de acordo, leem e assinam.

Isento de Imposto de Selo.

P'lo Comodante,

(Hugo Martins)

P'la Comodatária,

(João Paulo do Nascimento e Oliveira da Rocha)»

(Aprovado por maioria)

SUBSÍDIOS E COMPARTICIPAÇÕES

ATRIBUIÇÃO DE APOIO FINANCEIRO GRUPO DE DANÇAS E CANTARES DO CASAL DO RATO

Atribuição de apoio financeiro ao Grupo de Danças e Cantares do Casal do Rato, no valor de €3.500,00 (três mil e quinhentos euros), um contributo para os custos da deslocação deste Grupo a Praga, na República Checa, para participação no “Prague Folklore Days 2018” - Festival Internacional de Folclore de Praga, a decorrer entre os dias 19 e 22 de julho de 2018, de acordo com o proposto na informação n.º Interno/2018/3881, de 2018.04.11.

(Aprovada por unanimidade)

ACEITAÇÃO DE DOAÇÃO

Aceitação de doação do artista Luís de Figueiredo, de uma obra fotográfica sua, intitulada “Sedução”, com as dimensões de 50 cm x 50 cm, no valor de €100,00 (cem euros), de acordo com o proposto na informação n.º Interno/2018/4025, de 2018.04.16.

(Aprovada por unanimidade)

PASSEIO SÉNIOR 2018

Realização da iniciativa “Passeio Sénior 2018”, nos dias 21, 22, 23 e 24 de maio, dirigida à população sénior residente no Concelho de Odivelas, no total de 2000 munícipes (500 por dia), com idades iguais ou superiores a 60 anos à data de 1 de maio (inclusive) do presente ano, para deslocação à zona de Abrantes, com um custo total



estimado em €71.340,00 (setenta e um mil trezentos e quarenta euros), com IVA incluído a taxa legal em vigor, nos seguintes termos, de acordo com o proposto na informação n.º Interno/2018/4375, de 2018.04.24:

-Serviço de restauração;

-Serviço de transporte;

-Acompanhamento de enfermeiro.

ORGANIZAÇÃO E METODOLOGIA

Horário: Partida às 08h30, em locais a combinar, nas freguesias do Concelho e regresso pelas 20h00.

Destinatários: 2000 munícipes de ambos os sexos, com idade igual ou superior a 60 anos à data de 1 de maio de 2018 (inclusive). Excecionalmente, podem fazer-se acompanhar dos seus conjugues e/ou descendentes adultos que apresentem grau de incapacidade comprovada, através da apresentação de documento médico e desde que nessa data não tenham quem cuide deles.

Datas: 21, 22, 23 e 24 de maio de 2018.

Divulgação: serão elaborados cartazes informativos alusivos à iniciativa, fazendo referência às respetivas condições de inscrição/participação. Os cartazes serão distribuídos pelas Juntas de Freguesia, instituições com respostas sociais de apoio a idosos, bem como outros serviços da comunidade. A iniciativa será também divulgada no site oficial da Câmara Municipal de Odivelas e na página do Facebook.

Inscrições:

•Nas quatro Juntas de Freguesia, da área de residência dos participantes e ainda nas instalações da Câmara Municipal de Odivelas sitas na Rua Laura Alves n.º 5, para os munícipes de Odivelas.

•No ato da inscrição, os interessados devem apresentar elementos identificativos:

- bilhete de identidade ou cartão de cidadão,
- cartão de eleitor e,
- cartão de contribuinte.

Método de Seleção: por ordem de inscrição, desde que cumpram os requisitos atrás referidos. Dada a natureza desta iniciativa, assim como ao elevado número de participantes, não serão considerados outros métodos de seleção.

Período de inscrições: 7 a 9 de maio de 2018.

AQUISICÃO DE SERVIÇOS:

Tendo em consideração que a realização desta iniciativa implica a adjudicação de um conjunto de serviços, a empresa deverá incluir:

(Aprovado por unanimidade)

REFEIÇÕES ESCOLARES

Perdão de dívida referente a refeições escolares, nos termos e de acordo com o proposto na informação n.º Interno/2018/4342, de 2018.04.23.

(Aprovado por unanimidade)

ATRIBUIÇÃO DE APOIOS ÀS VISITAS DE ESTUDO ANO LETIVO 2017/2018

Atribuição de apoio às visitas de estudo para o ano letivo 2017/2018, destinado aos alunos que frequentam as escolas básicas do 1.º ciclo da rede pública do Concelho de Odivelas, que sejam beneficiários do escalão 1 e 2 do abono de família, correspondente aos escalões A e B da ação social escolar. O valor global para atribuição deste apoio, para o ano letivo de 2017/2018, é o correspondente ao remanescente dos custos desta Câmara Municipal com o aluguer dos autocarros e recursos humanos afetos ao programa das visitas de estudo, para as escolas do 1.º ciclo e os valores máximos previstos no Despacho n.º 5296/2017, de 16 de junho, para apoio às visitas de estudo integrados no escalão A e B, no montante global de €17.842,73 (dezassete mil, oitocentos e quarenta e dois euros e setenta e três cêntimos) e tem por base o número estimado de alunos carenciados, neste nível de ensino (2.250 alunos), nos termos e de acordo com o proposto na informação n.º Interno/2018/2289, de 2018.04.18.

(Aprovado por unanimidade)

PLANO DE AÇÃO SOCIAL E TRANSPORTES ESCOLARES ANO LETIVO 2018/2019

Proposta de Plano de Ação Social e Transportes Escolares - Ano Letivo 2018/2019, um instrumento fundamental para a promoção da igualdade de oportunidades no acesso e sucesso escolar, garantindo os princípios de solidariedade e equidade social, que garante uma melhor uniformização na atribuição dos apoios socioeducativos nas várias modalidades de apoio em Ação Social e Transportes Escolares aos alunos que frequentam as escolas da rede pública do Concelho de Odivelas, de acordo com o proposto na informação n.º Interno/2018/4159, de 2018.04.18. O Projeto do Plano



de Ação Social e Transportes Escolares - ano letivo 2018/2019 será submetido a Consulta Pública para recolha de sugestões.

O documento sofreu as seguintes alterações no decorrer da discussão deste ponto na presente reunião de Câmara, nos termos da respetiva minuta da ata: "...no n.º 5, do Ponto XIV, na página 15, do Plano de Ação Social e Transportes Escolares, é retirada a frase *"e do prazo definido para o valor a pagar com penalização quando é aplicável"*."

(Nota: Projeto para Consulta Pública no âmbito do Edital n.º 53/PRES/2018, de 10 de maio, publicado na página 17 do presente Boletim)

(Aprovado por unanimidade)

ATRIBUIÇÃO DE SUBSÍDIO PARA COMUNICAÇÕES PARA 2018

Atribuição de subsídio para comunicações aos jardins-de-infância e escolas do 1.º ciclo do ensino básico da rede pública do Concelho de Odivelas, no valor global de €19.092,00, (dezanove mil e noventa e dois euros) para o ano de 2018, com o objetivo de apoiar o funcionamento dos estabelecimentos de ensino e assegurar maior eficiência e eficácia ao nível das comunicações, de acordo com o proposto na informação n.º Interno/2018/4261, de 2018.04.20.

(Aprovado por unanimidade)

APOIO AO CENTRO DE CULTURA E DESPORTO DOS TRABALHADORES DO MUNICÍPIO DE ODIVELAS

Apoio ao Centro de Cultura e Desporto dos Trabalhadores do Município de Odivelas, no âmbito da realização do evento "IV Campeonato Interdepartamental de Futsal", no valor de €563,60 (quinhentos e sessenta e três euros e sessenta centésimos), valor sem IVA, nos seguintes termos, de acordo com o proposto na informação n.º Interno/2018/4318, de 2018.04.23.

(Aprovado por unanimidade)

PROCESSOS PARTICULARES

ALTERAÇÃO AO ALVARÁ DE LOTEAMENTO N.º 1/2007 UNIÃO DAS FREGUESIAS DE PONTINHA E FAMÕES BAIRRO QUINTA DAS PRETAS, LOTE 13 PROCESSO N.º 4822/RC

Alteração ao Alvará de loteamento n.º 1/2007, do Bairro Quinta das Pretas para o lote 13, na União das Freguesias de Pontinha e Famões, em nome de Maria Celeste Maia Jorge. A alteração visa eliminar a bolsa para inversão da marcha do impasse que serve o lote 13, integrando-se a respetiva área na área do lote 13 e a transformação do impasse em via de sentido único, por meio da sua ligação à Av. Casal do Segolim, nos termos constantes na informação técnica n.º 36/MS/DGOU/DRRU/18 de 2018.04.10, e de acordo com o proposto na informação n.º 4822/RC de 2018.04.18.

(Aprovado por unanimidade)

ALTERAÇÃO AO ALVARÁ DE LOTEAMENTO N.º 7/92 UNIÃO DE FREGUESIAS DE RAMADA E CANEÇAS BAIRRO MOINHO DO BAETA, LOTE 169 PROCESSO N.º 4690/RC

Alteração ao alvará de Loteamento n.º 7/92, do Bairro Moinho do Baeta para o lote 169, na União de Freguesias de Ramada e Caneças, em nome Maria da Conceição Alves Gonçalves Torrão. Alteração da área e da configuração do polígono do lote, alteração do polígono de implantação da edificação principal e do anexo, alteração das áreas de ocupação e construção e aumento de um fogo, tendo em vista a legalização da edificação, nos termos e nas condições constantes na informação técnica n.º 38/MS/DGOU/DRRU/18, de 2018.04.06 e de acordo com o proposto na informação n.º 4690/RC, de 2018.04.19, nas seguintes condições:

- Aplicação dos critérios definidos no art.º 99º do Regulamento Municipal da Edificação e Urbanização (RMEU) para o dimensionamento das cedências em Área Urbana de Génese Ilegal (AUGI), podendo ainda a Câmara Municipal prescindir da compensação devida à área de espaços verdes e de utilização coletiva, prevista no n.º 4 do art.º 44.º do Decreto-lei n.º 555/99, de 16 de Dezembro, na redação atual e no art.º 49º e n.º 2 do art.º 99º do RMEU, de acordo com os fundamentos e nos termos e condições da informação técnica respetiva;

- Aceitação do valor de 5.348,85€, como compensação pela área de cedência para equipamento de utilização coletiva em falta (35,00m²), prevista no n.º 4 do art.º 44.º do Decreto-lei n.º 555/99, de 16 de Dezembro, na redação atual e no art.º 49º e n.º 2 do art.º 99º do RMEU,



de acordo com os fundamentos e nos termos e condições da informação técnica respetiva.

(Aprovado por maioria)

**SUBSTITUIÇÃO DE HIPOTECA LEGAL POR DEPÓSITO CAUÇÃO
UNIÃO DE FREGUESIAS DE RAMADA E CANEÇAS
BAIRRO DOS PEDERNAIS, LOTE A-149
ALVARÁ DE LOTEAMENTO N.º 7/2001**

Substituição do meio de garantia da caução prestada por hipoteca legal, constituída sobre o lote A-149, da Rua D. José, no Bairro dos Pedernais, na União de Freguesias de Ramada e Caneças, pelo depósito caução n.º 10110 de 2018.04.06, do Banco Caixa Geral de Depósitos S.A., no valor de €1.155,25 (mil cento e cinquenta e cinco euros e vinte e cinco cêntimos), em nome de Alberto da Costa Ribeiro, para garantir a boa execução das obras de urbanização referentes ao Alvará de Loteamento n.º 7/2001 de 7 de setembro, de acordo com a informação técnica n.º 54/RO/DRRU/DGOU/2018, de 2018.04.13, e de acordo com o proposto na informação n.º 42/2018, de 2018.04.16.

(Aprovado por unanimidade)

**SUBSTITUIÇÃO DE HIPOTECA LEGAL POR DEPÓSITO CAUÇÃO
UNIÃO DE FREGUESIAS DE PONTINHA E FAMÕES
BAIRRO SOL NASCENTE, LOTE 68
ALVARÁ DE LOTEAMENTO N.º 5/2007/DRU**

Substituição do meio de garantia da caução prestada por hipoteca legal, constituída sobre o lote 68, da Rua 19 de Junho, no Bairro Sol Nascente, na União de Freguesias de Pontinha e Famões, pelo depósito caução n.º 10318 de 2018.04.18, do Banco Caixa Geral de Depósitos S.A., no valor de € 3.420,30 (três mil, quatrocentos e vinte euros e trinta cêntimos), em nome de Abdul Gafar, Imóveis Unipessoal, Lda., para garantir a boa execução das obras de urbanização referentes ao Alvará de Loteamento n.º 5/2007/DRU de 27 de dezembro, e de acordo com a informação técnica n.º 55/RO/DRRU/DGOU/2018, de 2018.04.20, e de acordo com o proposto na informação n.º 46/2018, de 2018.04.20.

(Aprovado por unanimidade)

UNIDADES ORGÂNICAS

DESPACHOS

VEREAÇÃO

DESPACHO N.º 01/VMLV/2018

Assunto: SUBDELEGAÇÃO DE COMPETÊNCIAS NO ADJUNTO DO GABINETE DE APOIO À VEREADORA MÓNICA VILARINHO, FRANCISCO JOSÉ LOURENÇO DA SILVA BAPTISTA

Tendo em consideração o abrigo do n.º 6 do artigo 42.º do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, que estabelece o Regime Jurídico das Autarquias Locais e atento o disposto nos artigos 44.º a 50.º do Código do Procedimento Administrativo, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 4/2015 de 07 de janeiro, pelo presente despacho subdelego no **Sr. Adjunto Francisco José Lourenço da Silva Baptista**, o exercício das competências abaixo indicadas, que me foram delegadas e subdelegadas pelo Sr. Presidente, conforme Despacho n.º 44/PRES/2017, de 30 de Outubro de 2017, no dia 11 de maio de 2018, por me encontrar de férias, nos seguintes termos e limites:

1. A prática dos atos de administração ordinária inerentes ao exercício da competência prevista na alínea b) do n.º 1 do artigo 35.º do anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, de execução das deliberações da Câmara Municipal e de coordenação da atividade dos serviços sob a minha superintendência.

Odivelas, 10 de maio de 2018

A Vereadora

No uso da competência que me foi subdelegada e delegada pelo Sr. Presidente da CMO, através do Despacho n.º 44/PRES/2017, de 30 de Outubro de 2017

(Mónica Vilarinho)



EDITAIS

EDITAL N.º 042/PRES/2018

CÂMARA MUNICIPAL DE ODIVELAS

**Alteração ao Alvará de Loteamento n.º 3/2009
Bairro Novo St.º Eloy
União das Freguesias de Pontinha e Famões**

Hugo Martins, Presidente da Câmara Municipal de Odivelas, ao abrigo do disposto no artigo 27.º n.º 3 do Decreto-Lei 555/99, de 16 de dezembro, na sua redação atual e no artigo 15.º-A do Regulamento Municipal da Edificação e Urbanização na sua redação atual, torna público que para efeitos da alteração ao alvará de loteamento n.º 3/2009 do Bairro Novo St.º Eloy para o lote 28 consideram-se notificados os proprietários de lotes, edifícios ou frações autónomas localizados na área do alvará de loteamento para se pronunciarem, por escrito, sobre a alteração pretendida, no prazo de 10 dias úteis, podendo, dentro do mesmo prazo, consultar o processo.

O processo de loteamento n.º 47251/RC encontrar-se-á disponível para consulta pelos interessados no Departamento de Gestão e Ordenamento Urbanístico durante o prazo de afixação. O prazo de afixação é de 10 dias úteis.

Odivelas, 17 de abril de 2018

O PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL

(Hugo Martins)

EDITAL N.º 53/PRES/2018

**PROCEDIMENTO DE CONSULTA PÚBLICA
DO PROJETO DE PLANO DE AÇÃO SOCIAL E
TRANSPORTES ESCOLARES (PASTE)**

Hugo Manuel dos Santos Martins, Presidente da Câmara Municipal de Odivelas (CMO), em cumprimento do disposto no artigo 101.º do Código do Procedimento Administrativo (CPA), aprovado pelo Decreto-Lei n.º 4/2015, de 7 de janeiro, torna público que se encontra aberto, por um período de 30 dias, de 15 de maio a 15 de junho de 2018, o procedimento de consulta pública do projeto de Plano de Ação Social e Transportes Escolares (PASTE), aprovado na 9ª reunião ordinária da CMO, realizada a 7 de maio de 2018.

O projeto em consulta pública estará disponível, durante o período em referência, em formato digital no sítio oficial

da CMO, na internet: <http://www.cm-odivelas.pt> e em suporte papel nas instalações da Divisão de Educação, sita na Rua Laura Alves, n.º 5, 1º piso, Urbanização da Ribeirada, 2675-608 Odivelas, no horário das 9:00 às 12:30 e das 14:00 às 17:30 horas.

Os interessados poderão pronunciar-se por escrito, através de e-mail dirigido a: geral@cm-odivelas.pt

Divulgue-se.

Odivelas, 10 de maio de 2018

A PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL

(Hugo Martins)

**[Projeto de Plano de Ação Social e Transportes Escolares (PASTE)
publicado em anexo no final do presente boletim]**



AVISOS

AVISO

Alvará de Loteamento n.º 7/92 – B.º Moinho do Baeta - Ramada/Caneças

8.º ADITAMENTO

Hugo Martins, Presidente da Câmara Municipal de Odivelas, ao abrigo do disposto nos artigos 27.º e 78.º n.º 2 do Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de Dezembro, na sua redação atual, fundamentando-se na deliberação tomada em sede da 1.ª Reunião Extraordinária da Câmara Municipal de Odivelas datada de 30 de outubro de 2017, onde foi deliberada por maioria a aprovação da alteração ao alvará de loteamento n.º 7/92, referente aos lotes 145 e 150 descritos na Conservatória do Registo Predial de Odivelas sob os números 915/19921112 e 920/19921112 respetivamente, determina que se emita o presente aditamento ao Alvará de Licença de Loteamento identificado em epígrafe em nome de José Francisco Serra e José Patrício Beirão, portadores dos números de contribuinte 136758037 e 110536037 respetivamente.

As alterações às especificações do mencionado alvará constam da Planta de Síntese em anexo.

1. Parâmetros urbanísticos alterados

1.1. Parâmetros Urbanísticos do Lote:

Parâmetros Prévios									Parâmetros Alterados							
Lote	Área do Lote	Área de Implan.	Área de Construção				Fogos	Pisos	Área do Lote	Área de Implan.	Área de Construção				Fogos	Pisos
			Hab	Com.	Serv	Arm					Hab.	Com	Serv	Arm		
145	369,00	120,00	240,00	0	0	0	1	2	369,00	300,00	460,00	60,00	72,00	102,00	5	3
150	321,00	192,60	353,10	0	0	0	2	2	319,00	234,00	424,00	0	0	0	2	2+S
Dif.									-2,00	+221,40	+290,90	+60,00	+72,00	+102,00	+4	-

Os valores alterados foram representados a negrito.

2. Cedências ao Domínio Público e Estacionamento

De acordo com o previsto no art.º 6º da Lei n.º 91/95, de 02 de setembro, com a redação em vigor, pela falta de áreas de cedência para equipamentos de utilização coletiva, foi aceite a compensação em numerário nos termos previstos no art.º 44º do Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de dezembro, com a redação em vigor, para os espaços verdes e de utilização coletiva, foram contabilizadas as áreas de natureza privada, designadamente as áreas afetas aos logradouros de lotes privados, até 50% da área livre permeável, com o mínimo de 25 m², nos termos do art.º 99º do Regulamento Municipal da Edificação e Urbanização. No âmbito da legalização das edificações, deverão ser garantidos os lugares de estacionamento necessários de acordo com o disposto no art.º 101.º do RMEU, devendo também ser cumprido o regulamento do loteamento, sendo que pelo incremento das necessidades de estacionamento geradas pelo aumento de parâmetros do lote 145, a legalização da edificação existente nesse lote, fica condicionada à implementação da demarcação de lugares de estacionamento na via pública, na Rua do Brasil, em conformidade com o respetivo estudo prévio apresentado a fls. 2570 do processo n.º 4690/OM.

Todas as restantes especificações constantes no aludido alvará de loteamento não sofrem qualquer alteração.

Paços do Concelho, 16 de abril de 2018

O Presidente da Câmara Municipal

(Hugo Martins)

**AVISO**

Alvará de Loteamento n.º 1/2000 – B.º Granjas Novas - Ramada/Caneças

15.º ADITAMENTO

Hugo Martins, Presidente da Câmara Municipal de Odivelas, ao abrigo do disposto nos artigos 27.º e 78.º n.º 2 do Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de Dezembro, na sua redação atual, fundamentando-se na deliberação tomada em sede da 2.ª Reunião Ordinária da Câmara Municipal de Odivelas datada de 29 de novembro de 2017, onde foi deliberada por unanimidade a aprovação da alteração ao alvará de loteamento n.º 1/2000, referente aos lotes 95, 98 e 104 descritos na Conservatória do Registo Predial de Odivelas sob os números 930/20010405, 933/20010405 e 939/20010406 respetivamente, determina que se emita o presente aditamento ao Alvará de Licença de Loteamento identificado em epígrafe em nome de BUSSULOÁSIS, Lda. e Outro, portadores dos números de contribuinte 510966365 e 164462376 respetivamente.

As alterações às especificações do mencionado alvará constam da Planta de Síntese em anexo.

1. Parâmetros urbanísticos alterados1.1. Parâmetros Urbanísticos dos Lotes:

N.º Lote	Área do Lote	I.U.	A.C.	Pisos	Fogos	Uso	Área do Lote	I.U.	A.C.	Pisos	Fogos	Uso
Parâmetros Prévios							Parâmetros Alterados					
95	403,00	0,42	170,40	2	1	Habitação	403,00	0,51	205,00	2+CV	1	Habitação
98	399,10	0,41	165,60	2	1	Habitação	407,75	0,50	205,00	2+CV	1	Habitação
104	386,90	0,34	131,00	2	1	Habitação	394,70	0,52	205,00	2+CV	1	Habitação
Diferença							+16,45	-	+148,00	-	-	-

Os valores alterados foram representados a negrito.

Aos lotes abrangidos pelo presente aditamento, não se aplica o disposto na alínea a) do n.º 7 do art.º 7 do regulamento do loteamento, relativamente aos índices de utilização dos lotes com função habitacional, que poderão ter um índice de utilização igual ao indicado no quadro supra.

A viabilidade de construção de pisos em cave prevista na planta de síntese para os lotes abrangidos por este aditamento fica condicionada ao cumprimento do art.º 87.º do RMEU, devendo-se ter em atenção também o disposto no art.º 88.º, relativamente aos desaterros necessários para o efeito.

1.2. Parâmetros Urbanísticos Totais do Loteamento:

Parâmetros do Loteamento	Alteração ao Alvará de Loteamento
Área da AUGI	183.733,00
Área de implantação dos lotes	138.504,25
Área de Cedência ao Domínio Público	35.794,25
Área total de cedência à CMO	9.434,50
AC1 e AC2 para equipamento	5.036,00
AC3 a AC7 para espaços verdes e de utilização pública	2.259,00
AC8 PT	39,50
AC9 exterior ao limite da AUGI	2.100,00
Área de construção (superfície de pavimento)	63.987,00
Fogos	254
Índice de utilização	0,35
Índice de ocupação	--
Densidade habitacional	13,82
Área de construção habitacional	58.762,15
Área de construção de atividades económicas	5.224,85
N.º de Lotes	241

Os valores alterados foram representados a negrito.



2. Cedências ao Domínio Público e Estacionamento

Não se verifica a necessidade de cedência de área para equipamentos ou espaços verdes de utilização pública e estacionamento. Deverá ser garantido estacionamento privado de acordo com o previsto no artigo 101.º do RMEU, devendo no âmbito da legalização ser cumprido o regulamento do loteamento.

Todas as restantes especificações constantes do aludido alvará de loteamento não sofrem qualquer alteração.

Paços do Concelho, 16 de abril de 2018

O Presidente da Câmara Municipal

(Hugo Martins)

AVISO

Alvará de Loteamento n.º 5/2001 – B.º Trigache Norte AUGI I - Pontinha/Famões

1.º ADITAMENTO

Hugo Martins, Presidente da Câmara Municipal de Odivelas, ao abrigo do disposto nos artigos 27.º e 78.º n.º 2 do Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de Dezembro, na sua redação atual, fundamentando-se na deliberação tomada em sede da 4.ª Reunião Ordinária da Câmara Municipal de Odivelas datada de 21 de fevereiro de 2018, onde foi deliberada por unanimidade a aprovação da alteração ao alvará de loteamento n.º 5/2001, referente ao lote 108 descrito na Conservatória do Registo Predial de Odivelas sob o número 1807/20020130 determina que se emita o presente aditamento ao Alvará de Licença de Loteamento identificado em epígrafe em nome de Paulo Roberto Teixeira Ferreira Jorge, portador do número de contribuinte 225932598.

Pelo presente aditamento é ampliada a área do anexo à edificação principal existente no lote 108, em mais 16,20 m2, perfazendo 43,95 m2, nos termos indicados na planta de síntese em anexo.

A simples ampliação da área do anexo não se repercute na alteração de parâmetros globais do loteamento em vigor. Mantêm-se em vigor as restantes especificações do alvará de loteamento em vigor.

Paços do Concelho, 18 de abril de 2018

O Presidente da Câmara Municipal

(Hugo Martins)



DECISÕES COM EFICÁCIA EXTERNA

HABITAÇÃO

Decisões com eficácia externa tomadas pela Vereadora Ana Susana Oliveira dos Santos, ao abrigo do disposto no Despacho de Delegação e Subdelegação de Competências do Presidente da Câmara Municipal de Odivelas, n.º 07/PRES/2018, de 12 de janeiro, no âmbito da Divisão de Habitação, referentes ao mês de abril de 2018, nos termos da informação n.º Interno/2018/4554, de 2018.04.30 (edoc/2018/27437):

Divisão de Habitação

Setor de Intervenção na Habitação Social (SIHS)

EDOC/2018/17817
Interno/2018/3056 de 2018/03/19
Assunto: Atribuição de fogo, de tipologia 2, sito na Rua Dr. Fernando Valle, n.º 6 – 3º Drº, Odivelas, ao agregado familiar de Filomena de Jesus Rangel
Decisão da Sra. Vereadora: “De acordo. À consideração do Sr. Presidente da Câmara, face ao exposto nas etapas 1 e 4, com proposta de autorização de V. Exa. para a aplicação do regime de Exceção, para efeitos do previsto no Regulamento Geral de Atribuição e Utilização de habitações Sociais do Município de Odivelas, n.º 2, alínea a) do artigo 3.º e de ratificação do realojamento de Filomena Rangel.”
Data da decisão: 2018/04/03

EDOC/2018/18536
Interno/2018/3172 de 2018/03/21
Assunto: Plano de regularização de dívida – Maria Augusta Carvalho dos Santos arrendatária do fogo municipal sito na Av. Prof. Dr. Augusto Abreu Lopes, n.º 44 – R/C Esq. em Odivelas
Decisão da Sra. Vereadora: “De acordo com o proposto, face ao informado.
À DH para envio do ofício a comunicar a aprovação do Acordo de Regularização de Dívida de Rendas em Atraso e posterior informação ao DJGFP/DFA.”
Data da decisão: 2018/04/03

Setor de Gestão do Parque Habitacional (SGPH)

EDOC/2017/23901
Interno/2018/3534 de 2018/02/02
Assunto: Transmissão de Contrato de Arrendamento – Nome: Daniela Alexandra Mora Correia – Morada: Rua Domingos António de Carvalho, n.º 8 – 2º Esq. - Famões
Decisão da Sra. Vereadora: “De acordo com o proposto, face ao informado. Seguem Contratos de Arrendamento Apoiado assinados. À DH para envio do ofício e posteriores efeitos.”
Data da decisão: 2018/04/20

EDOC/2018/3819
Interno/2018/3811 de 2018/04/10
Assunto: Revisão de renda – Exclusão de Cátia Mourato Rodrigues - Nome: Maria Luísa Amaro Rodrigues – Morada: Praceta 25 de Agosto, n.º 2 – 3º Esq. - Famões
Decisão da Sra. Vereadora: “De acordo com o proposto, face ao informado. Seguem Contratos de Arrendamento Apoiado assinados. À DH para envio do ofício e posteriores efeitos.”
Data da decisão: 2018/04/20

EDOC/2018/13884
Interno/2018/2902 de 2018/03/14
Assunto: Adequação de tipologia – Nome: Carmen Fonseca Balão – Morada: Rua Dr. Fernando Valle, n.º 4 – 1º Esq. - Odivelas
Decisão da Sra. Vereadora: “De acordo com o proposto, face ao informado. Seguem Contratos de Arrendamento Apoiado assinados. À DH para os efeitos subsequentes e posterior informação ao DJGFP/DFA.”
Data da decisão: 2018/04/03

EDOC/2018/16224
Interno/2018/2727 de 2018/03/12
Assunto: Proposta de extinção de dívida de rendas de ex-inquilinos
Decisão da Sra. Vereadora: “De acordo com o proposto face ao informado.
À consideração do Sr. Presidente com proposta de extinção da dívida de rendas de habitação social dos ex-inquilinos mencionados na informação que se encontra em anexo, junto dos quais foi impossível reclamar o crédito para com o Município de Odivelas.”
Data da decisão: 2018/03/19

EDOC/2018/16676
Interno/2018/2809 de 2018/03/13
Assunto: Acordo de Regularização de Dívida – Nome: Josefa Elisa Pereira – Morada: Rua Bordalo Pinheiro, n.º 10 – R/C Esq. - Odivelas
Decisão da Sra. Vereadora: “De acordo com o proposto, face ao informado. À DH para envio do ofício a comunicar a aprovação do Acordo de Regularização de Dívida de Rendas em Atraso e posterior informação ao DJGFP/DFA.”
Data da decisão: 2018/04/19

EDOC/2018/16740
Interno/2018/3444 de 2018/03/28
Assunto: Alteração da composição do agregado e reajustamento da renda – Nome: maria de Fátima Dias Rodrigues – Morada: Rua Dr. Elysio Moura, n.º 6 – 3º Esq. - Urb. Arroja - Odivelas
Decisão da Sra. Vereadora: “De acordo com o proposto face ao informado. À DH para envio do ofício e posterior informação ao DJGFP/DFA.”
Data da decisão: 2018/04/20

EDOC/2018/18826
Interno/2018/3220 de 2018/03/22
Assunto: Condomínio do Edifício n.º 2, Rua de São Jorge - Famões - Pagamento de Quotas 2018
Decisão da Sra. Vereadora: “De acordo com o proposto face ao informado. Ao DJGFP/DFA, para efeitos de cabimento, compromisso e pagamento.”
Data da decisão: 2018/04/03



EDOC/2018/19944

Interno/2018/3398 de 2018/03/27

Assunto: Condomínio do Edifício n.º 1, Praceta 25 de Agosto - Famões - Pagamento de Quotas 2018

Decisão da Sra. Vereadora: "De acordo com o proposto face ao informado. Ao DJGFP/DFA, para efeitos de cabimento, compromisso e pagamento."

Data da decisão: 2018/04/03

EDOC/2018/20229

Interno/2018/3441 de 2018/03/28

Assunto: Condomínio do Edifício n.º 8, Praceta Poder Local - Pontinha - Pagamento de Quotas 2018

Decisão da Sra. Vereadora: "De acordo com o proposto face ao informado. Ao DJGFP/DFA, para efeitos de cabimento, compromisso e pagamento."

Data da decisão: 2018/04/20

EDOC/2018/20876

Interno/2018/3791 de 2018/04/10

Assunto: Revisão de renda – Alteração nos Rendimentos –

Nome: Albina Nepomuceno Alexandre – Morada: Rua António Aleixo, n.º 7 – 3.º Dtº - Póvoa de Santo Adrião

Decisão da Sra. Vereadora: "De acordo com o proposto face ao informado. À DH para envio do ofício e posterior informação ao DJGFP/DFA."

Data da decisão: 2018/04/20

EDOC/2018/23165

Interno/2018/3805 de 2018/04/11

Assunto: Condomínio do Edifício n.º 13, Rua Cândido de Oliveira – Póvoa de Santo Adrião - Pagamento de Quota Extraordinária.

Decisão da Sra. Vereadora: "De acordo com o proposto face ao informado. Ao DJGFP/DFA, para efeitos de cabimento, compromisso e pagamento."

Data da decisão: 2018/04/20

Setor de Promoção, Construção e Reabilitação de Habitação (SPCRH)

Proc. n.º 12.03/21-2018

EDOC/2018/12838

Interno/2018/3033 de 2018/03/19

Assunto: Proposta de abertura de procedimento de empreitada urgente: Reparação de emergência no interior do fogo municipal disperso sito na "Rua Júlio Dinis, n.º 06 - C/V Dtº - Odivelas

Decisão da Sra. Vereadora: "De acordo. À consideração do Sr. Presidente da Câmara, com proposta de: a) Autorização de abertura de procedimento para a realização de empreitada de reparação por ajuste direto – regime simplificado; b) Cabimento e compromisso da verba necessária para o efeito: € 1. 890,00 + IVA (total de € 2.003,40); c) Adjudicação da empreitada à empresa TGS – Teixeira Gomes e Sobral, Lda."

Data da decisão: 2018/04/19

CONTRAORDENAÇÕES E EXECUÇÕES FISCAIS

Despachos com eficácia externa tomadas pelo Vereador Edgar Valles, ao abrigo do disposto no Despacho de Delegação e Subdelegação de Competências do Presidente da Câmara Municipal de Odivelas n.º 06/PRES/2018, de 12 de janeiro de 2018, no âmbito do Setor de Contraordenações, referente aos meses de janeiro, fevereiro, março e abril do ano 2018, nos termos do edoc/2017/27506:

Janeiro de 2018

Processo - 101 /CO/16

Arguido – Fabrica Igreja Paroquial Sagrada Família da Pontinha Participação / Processo – EDOC/2016/35185 – Pedido autorização licença via publica

Infração – Falta de pagamento de referidas taxas

Despacho do Sr. Vereador Edgar S. Valles

Considerando as competências que me foram delegadas no âmbito do n.º 13, do ponto II, do Despacho n.º 6/Pres/2018, de 12 de janeiro determino o envio do processo de contraordenação n.º 101 co 16 ao tribunal judicial da comarca de loures para efeitos de Impugnação judicial da decisão proferida.

Data 22 janeiro 2018

Processo - 88 /CO/16

Arguido – Isabel Maria de Jesus Martins Felix

Participação / Processo – 36/PART/DFM-20-09-2016

Infração – Execução de obras sem respetiva autorização previa

Despacho do Sr. Vereador Edgar S. Valles

Considerando as competências que me foram delegadas no âmbito do n.º 13, do ponto II, do Despacho n.º 6/Pres/2018, de 12 de janeiro determino o envio do processo de contraordenação n.º 88 co 16 ao tribunal judicial da comarca de loures para efeitos de Impugnação judicial da decisão proferida.

Data 24 janeiro 2018

Processo –71 /CO /17

Arguido – Maria Fernanda dos Santos Lopes Lourenço

Participação / Processo – Auto de noticia PSP NPP 77222/2017

Infração – Venda ambulante

Despacho do Sr. Vereador Edgar S. Valles

Coima – Admoestação

Custas – 61.00€

Data 22 janeiro 2018

Processo –61 /CO /17

Arguido – Ludgera Guerreiro Pedro

Participação / Processo – Auto de noticia PSP NPP 77175/2017

Infração – Venda ambulante

Despacho do Sr. Vereador Edgar S. Valles

Coima – 300.00€

Custas – 61.00€

Data 22 janeiro 2018

Processo –78 /CO /17

Arguido – Paulo Jorge

Participação / Processo – 09/PART/DFM-08-03-2017

Infração – Execução de obras sem respetiva comunicação previa

Despacho do Sr. Vereador Edgar S. Valles

Coima – 1.000.00€

Custas – 61.00€

Data 22 janeiro 2018



Processo –35 /CO /17
Arguido – Deolinda dos Anjos Seabra
Participação / Processo – Auto notícia PSP -71º ESQ. Odiv Reg 2095/16
Infração – Execução de obras sem respetiva comunicação previa
Despacho do Sr. Vereador Edgar S. Valles
Coima – 1.000.00€
Custas – 61.00€
Data 22 janeiro 2018

Processo –26 /CO /17
Arguido – Maria da Conceição Ferreira Rodrigues
Participação / Processo – Participação 01/JF/SAVO/DLOP/2017
Infração – Ocupação do imóvel sem respetiva autorização de utilização
Despacho do Sr. Vereador Edgar S. Valles
Coima – Admoestação
Custas – 61.00€
Data 29 janeiro 2018

Processo –72 /CO /17
Arguido – Maria de Jesus dos Santos
Participação / Processo – Participação 04/PART/DFM-6-03-2017
Infração – Execução de obra sem a comunicação previa
Despacho do Sr. Vereador Edgar S. Valles
Coima – Admoestação
Custas – 61.00€
Data 29 janeiro 2018

Fevereiro de 2018

Processo –13 /CO /17
Arguido – Cátia Alexandra Vitoriano Pereira
Participação / Processo – Auto de notícia PSP 71º esq. Odivelas reg 1412/ODV/2016
Infração – Cão
Despacho do Sr. Vereador Edgar S. Valles
Coima – 150.00€
Custas – 61.00€
Data 7 Fevereiro 2018

Processo –69 /CO /17
Arguido – Buque & Franco – Auto Pneus de Famões Lda.
Participação / Processo – Auto de notícia PSP CM Lisboa reg 149/2017
Infração – Oficina de Manutenção e Reparação de Veículos Automóveis
Despacho do Sr. Vereador Edgar S. Valles
Coima – 500.00€
Custas – 61.00€
Data 26 Fevereiro 2018

Processo –85 /CO /17
Arguido – Bruno Filipe Candelaria Santos
Participação / Processo – Participação 08/PART/DFM-08-03-2017
Infração – Execução de obras de alteração sem respetiva comunicação
Despacho do Sr. Vereador Edgar S. Valles
Coima – 5.000.00€
Custas – 71.20€
Data 23 Fevereiro 2018

Processo –8 /CO /17
Arguido – Maria Coralia da Conceição Pinto Janeiro
Participação / Processo – Participação 47/PART/DFM-27-10-2016
Infração – Limpeza de Terreno
Despacho do Sr. Vereador Edgar S. Valles
Coima – 300.00€
Custas – 71.20€
Data 28 Fevereiro 2018

Processo –118 /CO /17
Arguido – Tiago Pais Campos
Participação / Processo – 28/DGOU/DLOP/SAVO/2016
Infração – Execução de alterações no decorrer em desacordo com projeto
Despacho do Sr. Vereador Edgar S. Valles
Coima – 1.500.00€
Custas – 71.20€
Data 23 Fevereiro 2018

Processo –24 /CO /16
Arguido – Rodrigo Nunes Sena
Participação / Processo – Auto Notícia 73ª Esq. Pontinha
Infração – Ruído
Despacho do Sr. Vereador Edgar S. Valles
Coima – 400.00€
Custas – 61.00€
Data 23 Fevereiro 2018

Processo –20 /CO /16
Arguido – Luis Manuel Barata Salgueiro
Participação / Processo – 06/JF/SAVO/DLOP/2016
Infração –Ocupação da Via Publica sem autorização de utilização
Despacho do Sr. Vereador Edgar S. Valles
Considerando as competências que me foram delegadas no âmbito do nº 14, do ponto II, do Despacho nº 6/Pres/2018, de 12 de janeiro e conforme proposta a fls. 23 e 24 do processo de contraordenação nº 20 co 16 determino o arquivamento
Data 23 fevereiro 2018

Processo –127 /CO /16
Arguido – Incertos
Participação / Processo – Auto de Notícia PSP 75ªesq Caneças
Infração –Ruído
Despacho do Sr. Vereador Edgar S. Valles
Considerando as competências que me foram delegadas no âmbito do nº 14, do ponto II, do Despacho nº 6/Pres/2018, de 12 de janeiro e conforme proposta a fls. 8 do processo de contraordenação nº 127 co 16 determino o arquivamento
Data 23 fevereiro 2018

Processo –43 /CO /17
Arguido – Vitor Manuel da Conceição do Nascimento
Participação / Processo – Auto de Notícia PSP 75ªesq Caneças
Infração –Ruído
Despacho do Sr. Vereador Edgar S. Valles
Considerando as competências que me foram delegadas no âmbito do nº 14, do ponto II, do Despacho nº 6/Pres/2018, de 12 de janeiro e conforme proposta a fls. 20 e 21 do processo de contraordenação nº 43 co 17 determino o arquivamento
Data 23 fevereiro 2018



Processo –70 /CO /17

Arguido – Sandra Cristina de Oliveira Ponces

Participação / Processo – Auto de Notícia PSP 71ªesq Odivelas reg 2475/2016

Infração –Cão

Despacho do Sr. Vereador Edgar S. Valles

Considerando as competências que me foram delegadas no âmbito do nº 14, do ponto II, do Despacho nº 6/Pres/2018, de 12 de janeiro e conforme proposta a fls. 27 do processo de contraordenação nº 70 co 17 determino o arquivamento
Data 23 fevereiro 2018

Processo –165 /CO /17

Arguido – Incertos

Participação / Processo – Auto de Notícia PSP 71ªesq Odivelas reg 1564/2017

Infração –Ruido

Despacho do Sr. Vereador Edgar S. Valles

Considerando as competências que me foram delegadas no âmbito do nº 14, do ponto II, do Despacho nº 6/Pres/2018, de 12 de janeiro e conforme proposta a fls. 8 do processo de contraordenação nº 165 co 17 determino o arquivamento
Data 23 fevereiro 2018

Processo –180 /CO /17

Arguido – Rute Semedo

Participação / Processo – Auto de Notícia PSP 71ªesq Odivelas reg 1368/2017

Infração –Ruido

Despacho do Sr. Vereador Edgar S. Valles

Considerando as competências que me foram delegadas no âmbito do nº 14, do ponto II, do Despacho nº 6/Pres/2018, de 12 de janeiro e conforme proposta a fls. 8 e 9 do processo de contraordenação nº 180 co 17 determino o arquivamento
Data 23 fevereiro 2018

Processo –21 /CO /17

Arguido – Sonhos e Baladas, Lda.

Participação / Processo – Auto de notícia PSP – 71º esq. Odivelas reg 1888/ODV/16

Infração – Funcionamento fora do horário estabelecido

Despacho do Sr. Vereador Edgar S. Valles

Coima – 2.500.00€

Custas – 71.20€

Data 7 fevereiro 2018

Processo –59 /CO /17

Arguido – Nicole Lima dos Santos Castro Paiva

Participação / Processo – Auto de Notícia 71º Esq. Odivelas reg 82/ODV/17

Infração – Ruido

Despacho do Sr. Vereador Edgar S. Valles

Coima – 500.00€

Custas – 61.00€

Data 28 Fevereiro 2018

Processo –62 /CO /17

Arguido – Taskinha dos Sabores Agradaveis, Unipessoal lda

Participação / Processo – Auto de Notícia 75º Esq. Caneças reg 198/17

Infração – Ruido

Despacho do Sr. Vereador Edgar S. Valles

Coima – 2.000.00€

Custas – 61.00€

Data 28 Fevereiro 2018

Processo –97 /CO /16

Arguido – Maria de Lurdes Farinha Marçal

Participação / Processo – 34/PART/DFM-16-09-2016

Infração – limpeza de terreno

Despacho do Sr. Vereador Edgar S. Valles

Coima – 300.00€

Custas – 71.20€

Data 28 Fevereiro 2018

Processo –47 /CO /17

Arguido – Fábio Cristiano dos Reis da Silva Carda

Participação / Processo – Auto Notícia 71ª Esq. Odivelas reg 401/2016

Infração – Venda Ambulante

Despacho do Sr. Vereador Edgar S. Valles

Coima – Admoestação

Custas – 61.00€

Data 19 Fevereiro 2018

Processo –35 /CO /17

Arguido – Deolinda dos Anjos Seabra

Participação / Processo – Auto Notícia 71ª Esq. Odivelas reg 2095/2016

Infração – Venda Ambulante

Despacho do Sr. Vereador Edgar S. Valles

Coima – Admoestação

Custas – 61.00€

Data 19 Fevereiro 2018

Processo –91 /CO /17

Arguido – João Manuel Caixinha Redol

Participação / Processo – Auto de Notícia PSP 77ªesq S. António Cavaleiros

Infração –cão

Despacho do Sr. Vereador Edgar S. Valles

Considerando as competências que me foram delegadas no âmbito do nº 14, do ponto II, do Despacho nº 6/Pres/2018, de 12 de janeiro e conforme proposta a fls. 25 e 26 do processo de contraordenação nº 91 co 17 determino o arquivamento
Data 23 fevereiro 2018

Março de 2018

Processo –192 /CO /17

Arguido – Adelaide das Dores de Abreu Vinas

Participação / Processo – 96/PART/DFM/22-11-2017

Infração – Utilização da fração em desacordo com a licença de utilização

Despacho do Sr. Vereador Edgar S. Valles

Coima – 1.000.00€

Custas – 61.00€

Data 5 março 2018

Processo –191 /CO /17

Arguido – José das Dores Abreu

Participação / Processo – 95/PART/DFM/22-11-2017

Infração – Utilização da fração em desacordo com a licença de utilização

Despacho do Sr. Vereador Edgar S. Valles

Coima – 1.000.00€

Custas – 61.00€

Data 5 março 2018



Processo –122 /CO /17

Arguido – Kabul Singh

Participação / Processo – 38/PART/DFM/03-08-2017

Infração – sem possuir mapa de horário de funcionamento

Despacho do Sr. Vereador Edgar S. Valles

Coima – 250.00€

Custas – 61.00€

Data 5 março 2018

Processo –134 /CO /17

Arguido – Rogerio Paulo Mendes Santos Necho

Participação / Processo – 35/PART/DFM/03-08-2017

Infração – sem possuir mapa de horário de funcionamento

Despacho do Sr. Vereador Edgar S. Valles

Coima – 150.00€

Custas – 71.20€

Data 5 março 2018

Processo –80 /CO /17

Arguido – Pao do Barril – Mafra Unipessoal, lda

Participação / Processo – 12/PART/DFM/27-04-2017

Infração – Sem respetiva comunicação Previa

Despacho do Sr. Vereador Edgar S. Valles

Coima – 4.000.00€

Custas – 81.40€

Data 5 março 2018

Processo –39 /CO /17

Arguido – Sónia Angelica Ribeiro da Silva

Participação / Processo – Auto Notícia 71º Esq. Odivelas reg1104/2016

Infração – Venda Ambulante

Despacho do Sr. Vereador Edgar S. Valles

Coima – 1.200.00€

Custas – 61.00€

Data 5 março 2018

Processo –11 /CO /17

Arguido – Albertina Matos

Participação / Processo – 26/PART/DFM-28-08-2015

Infração – Execução de Obras sem respetiva licença

Despacho do Sr. Vereador Edgar S. Valles

Coima – 500.00€

Custas – 71.20€

Data 5 março 2018

Processo –58 /CO /17

Arguido – Asm Sayem Sharker

Participação / Processo – Auto Notícia 71º Esq. Odivelas reg 2459/ODV/16

Infração – Funcionamento fora do horário estabelecido

Despacho do Sr. Vereador Edgar S. Valles

Coima – 450.00€

Custas – 61.00€

Data 5 março 2018

Processo –68 /CO /17

Arguido – Beatriz José Bento Carvalho Borges

Participação / Processo – Auto Notícia 71º Esq. Odivelas reg 694/ODV/17

Infração – Ruído

Despacho do Sr. Vereador Edgar S. Valles

Coima – 500.00€

Custas – 61.00€

Data 9 março 2018

Processo –171 /CO /17

Arguido – Júlio Luis Correia Barros

Participação / Processo – 71/PART/DFM-11-09-2017

Infração – Limpeza de Terreno

Despacho do Sr. Vereador Edgar S. Valles

Coima – 300.00€

Custas – 71.20€

Data 9 março 2018

Processo –172 /CO /17

Arguido – Miguel Ângelo Silva da Veiga

Participação / Processo – Auto Notícia 73ª esq. Pontinha – reg 1137/2017

Infração – Grafitos

Despacho do Sr. Vereador Edgar S. Valles

Coima – 150.00€

Custas – 61.00€

Data 9 março 2018

Processo –97 /CO /17

Arguido – Carlos Francisco Simões dos Santos

Participação / Processo – 25/PART/DFM-07-07-2017

Infração – Execução de obras sem licença

Despacho do Sr. Vereador Edgar S. Valles

Coima – 2.000.00€

Custas – 71.20€

Data 9 março 2018

Processo –73 /CO /17

Arguido – João Manuel Patricio Mota

Participação / Processo – 09/SAVO/DLOP/DGOU/2017

Infração – Obra em desacordo com o projeto aprovado

Despacho do Sr. Vereador Edgar S. Valles

Coima – 2.000.00€

Custas – 61.00€

Data 9 março 2018

Processo –199 /CO /17

Arguido – José Helder Gomes Soares

Participação / Processo – 100/PART/DFM-11-12-17

Infração – limpeza de terreno

Despacho do Sr. Vereador Edgar S. Valles

Coima – 1.000.00€

Custas – 61.00€

Data 9 março 2018

Processo –66 /CO /17

Arguido – Ineditalchemy Unipessoal lda

Participação / Processo – 20/PART/DFM-26-05-17

Infração – Atividade desportiva sem autorização de utilização

Despacho do Sr. Vereador Edgar S. Valles

Coima – 2.250.00€

Custas – 81.40€

Data 9 março 2018

Processo –36 /CO /17

Arguido – Maria da Conceição Rosalina Silva

Participação / Processo – Auto Notícia 71ª Esq Odivelas – Reg 944/2016

Infração – Venda Ambulante

Despacho do Sr. Vereador Edgar S. Valles

Coima – 1.200.00€

Custas – 61.00€

Data 20 março 2018



Processo –81 /CO /17

Arguido – Ruben Filipe Fonseca Dias

Participação / Processo – Auto Notícia 73ª Esq. Pontinha reg298/2017

Infração – Funcionamento Fora do horário estabelecido

Despacho do Sr. Vereador Edgar S. Valles

Coima – 250.00€

Custas – 61.00€

Data 9 março 2018

Processo –62 /CO /16

Arguido – Jorge Alexandre Pinto Loureiro

Participação / Processo – PSP Eaquadra de int/fisc

Infração –Funcionamento fora do horário estabelecido

Despacho do Sr. Vereador Edgar S. Valles

Considerando as competências que me foram delegadas no âmbito do nº 14, do ponto II, do Despacho nº 6/Pres/2018, de 12 de janeiro e conforme proposta a fls. 49 do processo de contraordenação nº 62 co 16 determino o arquivamento do mesmo e que seja extraída Certidão dos Autos.

Data 15 março 2018

Processo –106 /CO /17

Arguido – Sara Maria de Carvalho Lopes Abrantes

Participação / Processo – EDOC /2017/6472

Infração – CAO

Despacho do Sr. Vereador Edgar S. Valles

Coima – 150.00€

Custas – 71.20€

Data 15 março 2018

Processo –56 /CO /17

Arguido – Yannick Lopes E Yohann Lopes

Participação / Processo – 02/PART/DFM-10-01-17

Infração – execução de obras sem respetiva licença

Despacho do Sr. Vereador Edgar S. Valles

Coima – 1.000.00€ E 1.000.00€

Custas – 71.20€

Data 15 março 2018

Processo –87 /CO /17

Arguido – Nelson Alexandre Cerqueira A. Costa

Participação / Processo – 17/PART/DFM-11-05-17

Infração – Ocupação de esplanada com esplanada

Despacho do Sr. Vereador Edgar S. Valles

Coima – 500.00

Custas – 71.20€

Data 15 março 2018

Processo –202 /CO /17

Arguido – Emar Atividades Hoteleiras Lda.

Participação / Processo – Auto Notícia Esq. Inte/Fisc reg 93/SF/2017

Infração – Falta de afixação de mapa de horário

Despacho do Sr. Vereador Edgar S. Valles

Coima – 450.00€

Custas – 61.00€

Data 15 março 2018

Processo –60 /CO /17

Arguido – Edith Macuca da Cunha Cardoso

Participação / Processo – Auto Notícia 73ª Esq. Pontinha

Infração – ruído

Despacho do Sr. Vereador Edgar S. Valles

Coima – 400.00€

Custas – 61.00€

Data 15 março 2018

Processo –200 /CO /17

Arguido – Bruno Gouveia Unipessoal Lda.

Participação / Processo – Auto Notícia PSP REG 664/NSP/17

Infração – Falta de afixação de horário funcionamento

Despacho do Sr. Vereador Edgar S. Valles

Coima – 550.00€

Custas – 61.00€

Data 15 março 2018

Processo –114 /CO /16

Arguido – Hugo António Vitoria E David Vitoria

Participação / Processo – 38/PART/DFM-03-10-2016

Infração – Execução de obras sem respetiva licença administrativa

Despacho do Sr. Vereador Edgar S. Valles

Coima – 975.00€ E 975.00€

Custas – 91.60€ E 91.60€

Data 15 março 2018

Processo –110 /CO /16

Arguido – Luis Manuel Nobre Damião Pires

Participação / Processo – 37/PART/DFM-23-09-2016

Infração –Limpeza de terreno

Despacho do Sr. Vereador Edgar S. Valles

Considerando as competências que me foram delegadas no âmbito do nº 13, do ponto II, do Despacho nº 6/Pres/2018, de 12 de janeiro determino o envio do processo de contraordenação nº 110 co 16, ao tribunal judicial da comarca de loures para efeitos de impugnação.

Data 14 março 2018

Processo –190 /CO /17

Arguido – Pedro Jorge Estevinha Rodrigues

Participação / Processo – 88/PART/DFM-18-10-2017

Infração – Execução de obras sem respetiva licença administrativa

Despacho do Sr. Vereador Edgar S. Valles

Coima – 1.500.00€

Custas – 71.20€

Data 15 março 2018

Processo –177 /CO /17

Arguido – Millennium BCP, SA

Participação / Processo – 72/PART/DFM-11-09-2017

Infração – limpeza de terreno

Despacho do Sr. Vereador Edgar S. Valles

Coima – 2.000.00€

Custas – 61.00€

Data 15 março 2018

Processo –46 /CO /17

Arguido – Laurinda Montes

Participação / Processo – Auto notícia PSP 71º Esq. reg 2108/2016

Infração –venda ambulante

Despacho do Sr. Vereador Edgar S. Valles

Considerando as competências que me foram delegadas no âmbito do nº 14, do ponto II, do Despacho nº 6/Pres/2018, de 12 de janeiro e de acordo com o proposto fls. 49. Determino que o pagamento da coima aplicada no valor de 600.00€ que deve ser feita em 20 prestações mensais e sucessivas sendo que a primeira prestação acresce o valor das custas na totalidade.

Data 15 março



Processo –53 /CO /16

Arguido – EDP Distribuição – Energia SA

Participação / Processo – 11/JF/SAVO/DLOP/2016

Infração –Não conclusão de obra no prazo fixado

Despacho do Sr. Vereador Edgar S. Valles

Considerando as competências que me foram delegadas no âmbito do nº 13, do ponto II, do Despacho nº 6/Pres/2018, de 12 de janeiro determino o envio do processo de contraordenação nº 53 co 16, ao tribunal judicial da comarca de loures para efeitos de impugnação.

Data 14 março 2018

Processo –2 /CO /17

Arguido – João Mendes Luzio

Participação / Processo – 24/PART/DFM-29-07-2016

Infração – Ocupação da fração como lar sem respetiva autorização utilização

Despacho do Sr. Vereador Edgar S. Valles

Coima – 2.000.00€

Custas – 71.20€

Data 15 março 2018

Processo –55/CO /17

Arguido – José Francisco Delgado Anunciação

Participação / Processo – 05/SAVO/DLOP/DGOU/2017

Infração – Execução de obras sem competente licença

Despacho do Sr. Vereador Edgar S. Valles

Coima – Admoestação

Custas – 71.20€

Data 28 março 2018

Processo –138/CO /17

Arguido – Florentino Neto Guerreiro

Participação / Processo – 44/PART/DFM-03-08-2017

Infração –Limpeza de terreno

Despacho do Sr. Vereador Edgar S. Valles

Coima – 150.00€

Custas – 71.20€

Data 28 março 2018

Processo –15/CO /17

Arguido – Patricia Nunes Rosa

Participação / Processo – 25/DGOU/SAVO/DLOP/2016

Infração –Execução de obras em desacordo com o projeto

Despacho do Sr. Vereador Edgar S. Valles

Considerando as competências que me foram delegadas no âmbito do nº 14, do ponto II, do Despacho nº 6/Pres/2018, de 12 de janeiro e de acordo com o proposto a fls. 55 dos autos.

Determino que o pagamento da coim aplicada no valor de 1.500.00€ deve ser feita em 20 prestações mensais e sucessivas sendo a primeira acresce o valor das custas na totalidade

Data 20 março 2018

Processo –42/CO /17

Arguido – Joaquim Santos Pinto

Participação / Processo – Auto notícia 71ªesq. Odivelas – reg 659/16

Infração –venda ambulante

Despacho do Sr. Vereador Edgar S. Valles

Considerando as competências que me foram delegadas no âmbito do nº 14, do ponto II, do Despacho nº 6/Pres/2018, de 12 de janeiro e conforme proposta a fls. 43 determino o indeferimento do requerimento apresentado.

Data 28 março 2018

Processo –76/CO /17

Arguido – Carlos António Nabais Ginja

Participação / Processo – 7/SAVO/DLOP/DGOU/2017

Infração –realização de obras em desconformidade com o projeto

Despacho do Sr. Vereador Edgar S. Valles

Considerando as competências que me foram delegadas no âmbito do nº 14, do ponto II, do Despacho nº 6/Pres/2018, de 12 de janeiro e conforme proposta a fls. 73 determino o indeferimento do requerimento apresentado.

Data 28 março 2018

Processo –10/CO /17

Arguido – Frutuoso Batista Campos

Participação / Processo – 31/JF/SAVO/DLOP/2016

Infração –Ocupação do imóvel sem autorização de utilização

Despacho do Sr. Vereador Edgar S. Valles

Considerando as competências que me foram delegadas no âmbito do nº 14, do ponto II, do Despacho nº 6/Pres/2018, de 12 de janeiro e conforme proposta a fls. 54 determino o indeferimento do requerimento apresentado.

Data 28 março 2018

Processo –51/CO /17

Arguido – Pedro Miguel da Silva Marques

Participação / Processo – 6/SAVO/DLOP/DGOU/2017

Infração –execução de obras sem licença

Despacho do Sr. Vereador Edgar S. Valles

Coima – 1.000.00€

Custas – 61.00€

Data 28 março 2018

Processo –45/CO /17

Arguido – Américo Garcia Granja

Participação / Processo – Auto Notícia 71ª Esq. Odivelas reg 658/2016

Infração –venda ambulante

Despacho do Sr. Vereador Edgar S. Valles

Coima – 1.200.00€

Custas – 61.00€

Data 28 março 2018

Processo –149/CO /17

Arguido – Associação Melhoramento e Urbanismo Bairro Sol Nascente

Participação / Processo – 77/PART/DFM-11-09-17

Infração – Limpeza de terreno

Despacho do Sr. Vereador Edgar S. Valles

Coima – 3.000.00€

Custas – 61.00€

Data 28 março 2018

Processo –163/CO /17

Arguido – Sociedade de Construções Caracol e Filhos lda

Participação / Processo – Participação 80/PART/DFM-11-09-2017

Infração – Limpeza de terreno

Despacho do Sr. Vereador Edgar S. Valles

Coima – 2.500.00€

Custas – 61.00€

Data 28 março 2018

Processo –100/CO /17

Arguido – Carlos Alberto Garcia de Sousa

Participação / Processo – Participação 26/PART/DFM-11-07-2017



Infração – Alterações de obra sem comunicação previa

Despacho do Sr. Vereador Edgar S. Valles

Coima – 2.000.00€

Custas – 61.00€

Data 28 março 2018

Processo –111/CO /17

Arguido – Luis Andrade Martins Mateus

Participação / Processo – Participação 23/PART/DFM-09-06-2017

Infração – Alterações de obra sem comunicação previa

Despacho do Sr. Vereador Edgar S. Valles

Coima – 1.500.00€

Custas – 71.20€

Data 28 março 2018

Processo –173/CO /17

Arguido – Rui Pedro Rodrigues

Participação / Processo – Auto Noticia 75ª Esq. Caneças reg 556/2017

Infração – estabelecimento fora do horário

Despacho do Sr. Vereador Edgar S. Valles

Coima – 500.00€

Custas – 61.00€

Data 20 março 2018

Processo –62 /CO /16

Arguido – Jorge Alexandre Pinto Loureiro

Participação / Processo – PSP Esquadra de int/fisc

Infração –Funcionamento fora do horário estabelecido

Despacho do Sr. Vereador Edgar S. Valles

Considerando as competências que me foram delegadas no âmbito do nº 14, do ponto II, do Despacho nº 6/Pres/2018, de 12 de janeiro e conforme proposta a fls. 49 do processo de contraordenação nº 62 co 16 determino o arquivamento do mesmo e que seja extraída Certidão dos Autos.

Data 15 março 2018

Processo –67/CO /17

Arguido – Ezequiel Pinto

Participação / Processo – Auto Noticia 1ª Esq. metro

Infração – venda ambulante

Despacho do Sr. Vereador Edgar S. Valles

Coima – 600.00€

Custas – 61.00€

Data 20 março 2018

Processo –37/CO /17

Arguido – António Dionísio da Conceição Garcia

Participação / Processo – Auto Noticia 71ª Esq. Odivelas

Infração – venda ambulante

Despacho do Sr. Vereador Edgar S. Valles

Coima – 3.000.00€

Custas – 81.40€

Data 20 março 2018

Processo –112/CO /17

Arguido – Vitor Malu

Participação / Processo – 36/PART/DFM-03-08-17

Infração – exploração de oficina sem horário funcionamento

Despacho do Sr. Vereador Edgar S. Valles

Coima – 200.00€

Custas – 71.20€

Data 28 março 2018

Processo –36/CO /17

Arguido – Maria da Conceição Rosalina Silva

Participação / Processo – Auto Noticia- 71ª Esq. Odivelas reg 944/16

Infração – venda ambulante

Despacho do Sr. Vereador Edgar S. Valles

Coima – 1.200.00€

Custas – 61.00€

Data 20 março 2018

Processo –207/CO /17

Arguido – António Alexandre Teixeira de Seixas

Participação / Processo – 07/JF/SAVO/DLOP/2017

Infração – Ocupação do imóvel sem respetiva autorização

Despacho do Sr. Vereador Edgar S. Valles

Coima – 500.00€

Custas – 61.00€

Data 28 março 2018

Processo –178 /CO /17

Arguido – Resotrans – Recolha e Transporte de Resíduos sólidos

Participação / Processo – Ofício Junta freguesia

Pontinha/Famões

Infração – licença de ocupação de via com contentor

Despacho do Sr. Vereador Edgar S. Valles

Considerando as competências que me foram delegadas no âmbito do nº 14, do ponto II, do Despacho nº 6/Pres/2018, de 12 de janeiro e conforme proposta a fls. 35 a 36 do processo de contraordenação nº 178 co 17 determino o arquivamento do mesmo e que seja extraída Certidão dos Autos.

Data 28 março 2018

Processo –57 /CO /17

Arguido – Luis Godinho

Participação / Processo – 01/PART/DFM-10-01-2017

Infração –Arrecadação estando a ser usado como habitação

Despacho do Sr. Vereador Edgar S. Valles

Considerando as competências que me foram delegadas no âmbito do nº 14, do ponto II, do Despacho nº 6/Pres/2018, de 12 de janeiro e conforme proposta a fls. 74 do processo de contraordenação nº 57 co 17 determino o arquivamento do mesmo e que seja extraída Certidão dos Autos.

Data 28 março 2018

Processo –167/CO /17

Arguido – Leonildo Jovany Katakeco Cunha

Participação / Processo – Auto Noticia 73ª ESq. Pontinha – reg924/2017

Infração – Ruído

Despacho do Sr. Vereador Edgar S. Valles

Coima – 600.00€

Custas – 71.20€

Data 28 março 2018

Processo –117/CO /17

Arguido – Rosa Maria Alves da Silva

Participação / Processo – 30/PART/DFM-01-08-2017

Infração – Obras sem respetiva licença administrativa

Despacho do Sr. Vereador Edgar S. Valles

Coima – 2.500.00€

Custas – 61.00€

Data 28 março 2018



Abril de 2018

Processo –41 /CO /17

Arguido – Maria de Lurdes Nuno da Silva Franco
Participação / Processo – Auto Notícia PSP 71º esq. reg
420/ODV/2016
Infração – venda ambulante
Despacho do Sr. Vereador Edgar S. Valles
Coima – Admoestação
Custas – 61.00€
Data 27 abril 2018

Processo –44 /CO /17

Arguido – Severina da Conceição Jerónimo
Participação / Processo – Auto Notícia PSP 71º esq. reg
357/ODV/2016
Infração – venda ambulante
Despacho do Sr. Vereador Edgar S. Valles
Coima – Admoestação
Custas – 61.00€
Data 27 abril 2018

Processo –110 /CO /16

Arguido – Luis Manuel Nobre Damião Pires
Participação / Processo – 37/PART/DFM-23-09-2016
Infração –Limpeza de terreno
Despacho do Sr. Vereador Edgar S. Valles
Considerando as competências que me foram delegadas no âmbito do nº 13, do ponto II, do Despacho nº 6/Pres/2018, de 12 de janeiro determino o envio do processo de contraordenação nº 110 co 16, ao tribunal judicial da comarca de loures para efeitos de impugnação.
Data 4 abril 2018

Processo –174/CO /17

Arguido – António Dias da Fonseca
Participação / Processo – 6/JF/SAVO/DLOP/2017
Infração – ocupação imóvel sem respetiva autorização de utilização
Despacho do Sr. Vereador Edgar S. Valles
Coima – 2.500.00€
Custas – 71.20€
Data 3 abril 2018

Processo –188/CO /17

Arguido – Ismael Aldina
Participação / Processo – 94/PART/DFM-14-11-2017
Infração – Execução de obras de alteração sem comunicação
Despacho do Sr. Vereador Edgar S. Valles
Coima – 500.00€
Custas – 61.00€
Data 3 abril 2018

Processo –123 /CO /16

Arguido – Arte do Catering, unipessoal lda
Participação / Processo – certidão
04/DJGFP/DJFM/SCOEF/16 – REG 1089/2015
Infração funcionamento Fora do Horário
Despacho do Sr. Vereador Edgar S. Valles
Considerando as competências que me foram delegadas no âmbito do nº 13, do ponto II, do Despacho nº 6/Pres/2018, de 12 de janeiro determino o envio do processo de contraordenação nº 123 co 16, ao tribunal judicial da comarca de loures para efeitos de impugnação.
Data 3 abril 2018

Processo –82 /CO /15

Arguido – Casimiro Faria Pinto Machado
Participação / Processo – 36/PART/DFM-28-08-2015
Infração – não deu cumprimento a gestão de resíduos
Despacho do Sr. Vereador Edgar S. Valles
Considerando as competências que me foram delegadas no âmbito do nº 13, do ponto II, do Despacho nº 6/Pres/2018, de 12 de janeiro determino o envio do processo de contraordenação nº 82 co 15, ao tribunal judicial da comarca de loures para efeitos de impugnação.
Data 3 abril 2018

Processo –84/CO /17

Arguido – António Dionísio da conceição Garcia
Participação / Processo – Auto Notícia 71º esq. Odivelas – Reg
538/2017
Infração – venda ambulante
Despacho do Sr. Vereador Edgar S. Valles
Coima – 1.200.00€
Custas – 61.00€
Data 3 abril 2018

Processo –28/CO /17

Arguido – José Carlos da Fonseca Ferreira
Participação / Processo – 53/PART/DFM-15-12-2016
Infração – remoção dos resíduos no terreno
Despacho do Sr. Vereador Edgar S. Valles
Coima – 100.00€
Custas – 71.20€
Data 5 abril 2018

Processo –75/CO /17

Arguido – Ricardo Alexandre & Antunes – Construções Lda.
Participação / Processo – 08/DLOP/DGOU/2017
Infração – ocupação da área publica com estaleiro de obras
Despacho do Sr. Vereador Edgar S. Valles
Coima – 5.000.00€
Custas – 61.00€
Data 3 abril 2018

Processo –46/CO /16

Arguido – Moreira e Caramelo, lda
Participação / Processo – 10/PART/DFM-24-03-2016
Infração – realização de um espetáculo sem licença
Despacho do Sr. Vereador Edgar S. Valles
Coima – 5.000.00€
Custas – 81.40€
Data 12 abril 2018

Processo –145/CO /17

Arguido – Luis Miguel Roque Garcia
Participação / Processo – 76/PART/DFM-11-09-2017
Infração – Limpeza de terreno
Despacho do Sr. Vereador Edgar S. Valles
Coima – 600.00€
Custas – 61.00€
Data 3 abril 2018

Processo –93/CO /17

Arguido – Maria Marques Caldeira
Participação / Processo – Auto Notícia 71ª Esq. Odivelas reg
355/odv/2017
Infração – ruído
Despacho do Sr. Vereador Edgar S. Valles
Coima – 600.00€
Custas – 61.00€
Data 3 abril 2018



Processo –199 /CO /17

Arguido – José Hélder Gomes Soares

Participação / Processo – 100/PART/DFM-11-12-2017

Infração – Limpeza de terreno

Despacho do Sr. Vereador Edgar S. Valles

Considerando as competências que me foram delegadas no âmbito do nº 14, do ponto II, do Despacho nº 6/Pres/2018, de 12 de janeiro e de acordo como o proposto a fls. 40 dos Autos.

Determino que o pagamento da coima aplicada no valor de 1000.00€ que deve ser feita em 10 prestações mensais e sucessivas sendo na primeira acresce o valor das custas.

Data 20 abril 2018

Processo –85 /CO /17

Arguido – Bruno Filipe Candelaria Santos

Participação / Processo – 08/PART/DFM-06-03-2017

Infração – execução de obras de alteração e sem respetiva comunicação previa

Despacho do Sr. Vereador Edgar S. Valles

Considerando as competências que me foram delegadas no âmbito do nº 14, do ponto II, do Despacho nº 6/Pres/2018, de 12 de janeiro e de acordo como o proposto a fls. 63 dos Autos.

Determino que o pagamento da coima aplicada no valor de 5.000.00€ que deve ser feita em 10 prestações mensais e sucessivas sendo na primeira acresce o valor das custas.

Data 20 abril 2018

Processo –58 /CO /17

Arguido – Asm Sayem Sharker

Participação / Processo – Auto de Notícia Reg 2459/odv/16

Infração – funcionamento fora do horário estabelecido

Despacho do Sr. Vereador Edgar S. Valles

Considerando as competências que me foram delegadas no âmbito do nº 14, do ponto II, do Despacho nº 6/Pres/2018, de 12 de janeiro e de acordo como o proposto a fls.55 dos Autos.

Determino que o pagamento da coima aplicada no valor de 450.00€ que deve ser feita em 5 prestações mensais e sucessivas sendo na primeira acresce o valor das custas.

Data 20 abril 2018

Processo –24 /CO /18

Arguido – Sívio Emanuel E Sónia Alenquer

Participação / Processo – 98/PART/DFM-06-12-2017

Infração – Ocupação do imóvel em desacordo com o alvara

Despacho do Sr. Vereador Edgar S. Valles

Considerando as competências que me foram delegadas no âmbito do nº 14, do ponto II, do Despacho nº 6/Pres/2018, de 12 de janeiro conforme proposta a fls. 38 determino o arquivamento do mesmo.

Data 20 abril 2018

Processo –141/CO /17

Arguido – Barbosa E Inácio Lda.

Participação / Processo – 42/PART/DFM-03-08-2017

Infração – A Exploração de estabelecimento não cumprindo o horário

Despacho do Sr. Vereador Edgar S. Valles

Coima – 2.500.00€

Custas – 61.00€

Data 27 abril 2018

Processo –193/CO /17

Arguido – Jorge Manuel de Almeida Pereira

Participação / Processo – 93/PART/DFM-14-11-2017

Infração – limpeza de terreno

Despacho do Sr. Vereador Edgar S. Valles

Coima – 600.00€

Custas – 61.00€

Data 27 abril 2018

Processo –2/CO /18

Arguido – Maria Manuela Machado Gonçalves

Participação / Processo 01/JF/SAVO/DLOP/2018

Infração – Ocupação do imóvel sem autorização utilização

Despacho do Sr. Vereador Edgar S. Valles

Coima – 1.500.00€

Custas – 61.00€

Data 27 abril 2018

Processo –27/CO /17

Arguido – Oxtenta Letramaravilha, Unipessoal lda

Participação / Processo – Auto Notícia 71ªesq. Odívelas reg 2156/2016

Infração – Funcionamento fora do horário estabelecido

Despacho do Sr. Vereador Edgar S. Valles

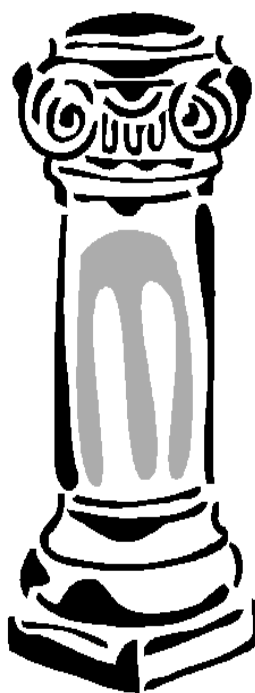
Coima – 4.000.00€

Custas – 61.00€

Data 27 abril 2018



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ODIVELAS





ASSEMBLEIA MUNICIPAL

8.ª SESSÃO EXTRAORDINÁRIA

Realizada em 3 de maio de 2018

DELIBERAÇÕES

MOÇÕES

MOÇÃO

TRANSFERÊNCIA DE COMPETÊNCIAS

Pela bancada da CDU, foi apresentada uma moção com o título “Transferência de Competências”, (documento n.º 1)”, que será transcrita em ata. Colocado à votação foi a moção rejeitada, por maioria, com os votos a favor da bancada da CDU a abstenção das bancadas do BE, PPD/PSD, CDS/PP e PAN e com os votos contra da bancada do PS.

(Rejeitada por maioria)

MOÇÃO

DIREITO À HABITAÇÃO

O Direito à Habitação, tal como consagrado enquanto direito fundamental na Constituição da República Portuguesa (artigo 65.º, n.º 1) prescreve que “Todos têm direito, para si e para a sua família, a uma habitação de dimensão adequada, em condições de higiene e conforto e que preserve a intimidade pessoal e a privacidade familiar”.

Para a garantir o Direito à Habitação, “O Estado adotará uma política tendente a estabelecer um sistema de renda compatível com o rendimento familiar e de acesso à habitação própria.” (artigo 65.º, n.º 3 da Constituição da República Portuguesa).

Assim, o regime jurídico do arrendamento urbano terá de ser equilibrado e preservar o equilíbrio contratual das relações jurídicas naturalmente desequilibradas entre senhorios e inquilinos. Como ensinam GOMES

CANOTILHO E VITAL MOREIRA, o Direito à Habitação “(...) inclui o direito à segurança na habitação, com salvaguarda de garantias legais adquiridas, sendo, por exemplo, inconstitucional a submissão das regras de arrendamento, das rendas e dos despejos inteiramente à liberdade contratual e à pura lógica do mercado de habitação.” (in Constituição da República Portuguesa Anotada, Volume I, 4ª edição revista, Coimbra Editora, 2007, pág. 836).

Apesar da grande margem de discricionariedade conferida ao legislador na regulamentação do regime jurídico do arrendamento urbano para a habitação, até 2006, com a publicação do Novo Regime do Arrendamento Urbano, pela Lei n.º 26/2006, de 27 de Fevereiro, iniciou-se um caminho de liberalização do mercado de arrendamento que atingiu o seu auge com as alterações introduzidas pela Lei n.º 31/2012, de 14 de Agosto, conhecida como a “Lei Cristas”.

A Lei n.º 31/2012, de 14 de Agosto visou responder às exigências liberalizantes impostas no Memorando de Entendimento da República Portuguesa com o FMI, a CE e o BCE, agravando ainda mais a crise social que se vivia já no País, facilitando os despejos, agora simplificados e com menor controlo jurisdicional, através do “Balcão do Arrendamento”

A par desta realidade, promoveu-se a liberalização da atividade do Alojamento Local, cuja ausência de limites e regulamentação, assim como a procura de prédios destinados a habitação para esta atividade ditou a corrida aos despejos e às resoluções de contratos de arrendamento para habitação para responder à crescente procura por este sector de atividade.

Sem embargo da necessidade de proceder a uma profunda alteração, ou mesmo à revogação do Novo Regime do Arrendamento Urbano, de forma a repor o equilíbrio das relações contratuais no âmbito do arrendamento urbano, há hoje uma realidade candente que urge resolver.

Sempre se poderia apelar ao exercício do direito de preferência pelos inquilinos, tal como previsto no artigo 1091.º do Código Civil. Sucede que este regime encontra dificuldades de aplicação, em particular quando ligado a grandes transações, seja por poder tratar-se de prédios que não se encontrem em regime de propriedade horizontal, sendo alienados no seu todo e sem hipótese do exercício do direito de preferência, seja pelo facto de a venda poder abranger diversas frações autónomas e de ter tal direito de ser exercido no seu conjunto.

Em tais situações, ficam os inquilinos privados da possibilidade do exercício do direito de preferência, havendo que adequar o quadro legislativo à possibilidade real do exercício de tal direito, acrescentando-se ainda prazos mais dilatados para o efeito.



Sem embargo de tais alterações legislativas, gozando o Município de Odivelas também do direito de preferência, nos termos de diversas normas jurídicas, deve o Município equacionar o seu exercício, com vista à intervenção no mercado imobiliário e à salvaguarda do Direito à Habitação.

Bem se sabe que tal medida implica o endividamento do Município, sendo portanto o momento de exigir alterações ao regime do endividamento municipal, excepcionando dos limites deste os investimentos em habitação e possibilitando a prestação de garantias reais pelo Município com base no património imobiliário adquirido, baixando assim os custos de financiamento.

Assim, a Assembleia Municipal de Odivelas, reunida no dia 3 de Maio de 2018, delibera:

1 – Apelar ao Governo e aos Grupos Parlamentares na Assembleia da República:

- Para que legissem no sentido de possibilitar que os inquilinos, em primeiro lugar, e o município, em segundo lugar, sejam titulares do Direito de Preferência na alienação do locado, independentemente de o negócio jurídico ser mais vasto que o locado, proporcionando-lhes ainda um prazo mais alargado para o exercício desse direito;
- Para que legissem no sentido de modificar o regime jurídico do endividamento municipal, no sentido de excepcionar dos limites do endividamento todo e qualquer investimento na aquisição ou em obras em imóveis destinados à habitação e de possibilitar que imóveis destinados à habitação que venham a ser adquiridos ou objeto de obras pelos municípios, constituam garantia real dos empréstimos contraídos para tal fim, assegurando assim melhores condições de financiamento para os Municípios.

2 – Recomendar ao Executivo da Câmara Municipal de Odivelas que avalie sempre a possibilidade de exercício do direito de preferência pelo Município de Odivelas relativamente a imóveis destinados a habitação onde existam contratos de arrendamento que, pela sua dimensão e número de inquilinos, possam agravar a já delicada situação de acesso ao Direito à Habitação.

(Documento apresentado pela bancada do BE – Aprovado por maioria com os votos a favor das bancadas do PS, BE, PAN, e com a abstenção da bancada da CDU e votos contra do PPD/PSD e CDS/PP)

O Presidente da Assembleia Municipal de Odivelas

(Miguel Cabrita)

Odivelas, 04 de maio de 2018

(Aprovado por maioria)

VOTOS DE SAUDAÇÃO

VOTO DE SAUDAÇÃO

5 DE MAIO DIA EUROPEU DA VIDA INDEPENDENTE – MARCHA PELA VIDA INDEPENDENTE

Considerando que:

- No dia 5 de maio celebra-se o Dia Europeu da Vida Independente
- Teve ontem início (dia 2), uma vigília de três dias organizada pelo Centro de Vida Independente (CVI). A vigília tem por objetivo chamar a atenção para os direitos das pessoas com deficiência e das suas famílias.
- A ação de três dias pretende reivindicar um reforço do orçamento para a constituição de Centros de Apoio à Vida Independente. São 77 horas pela Vida Independente, diz o CVI “É a altura de nos juntarmos para GRITAR BEM ALTO aquilo que queremos para nós”
- Em declarações à agência Lusa, um dos membros da direção do Centro de Vida Independente explicou que estas reivindicações sobre a vida independente são “novas, urgentes e emergentes”, aproveitando para criticar o valor de 1,4 milhões de euros definidos para a constituição de cada Centro de Apoio à Vida Independente (CAVI). Trata-se de um “orçamento claramente insuficiente para as necessidades expostas pelas associações”, afirmaram. “Pretende-se fazer uma espécie de apoio domiciliário ‘gourmet’ porque não há horas suficientes nem capital investido para proporcionar a qualidade e as horas necessárias para as pessoas com diversidade funcional, e essa é a nossa maior reivindicação”, argumentou a ativista Diana Santos. Para a ativista, seriam no mínimo necessários cinco milhões de euros por CAVI para cumprir o estipulado, ou seja, “até 40 horas semanais para 70% dos utilizadores, mais de 40 horas semanais, até um limite de 24 horas por dia para os outros 30%”. Diana Santos afirmou estarem previstos CAVI que irão apoiar 50 ou mais pessoas, embora o orçamento não aumente dos 1,4 milhões de euros para três anos, isto apesar do aumento dos utentes apoiados.
- Os atrasos observados em relação aos CAVI estão na origem da convocação desta vigília, uma vez que inicialmente estava prevista apenas a manifestação no dia 5 de maio.
- A manifestação marcada para as 14:30H terá expressão em Lisboa na Avenida da Liberdade em frente ao Teatro Tivoli e em Vila Real na Avenida 5 de Outubro junto ao Jardim Estação.



• Será de esperar que todas as associações de defesa das pessoas com deficiência se associem, embora se reconheça que as difíceis acessibilidades possam dificultar a participação das mesmas.

• A Convocatória é destinada a todas as Pessoas, com deficiência/diversidade funcional auditiva, visual, física/motora, intelectual, de aprendizagem/desenvolvimento, Pessoas com qualquer tipo de incapacidade, Pessoas sem deficiência, interessadas em defender os Direitos Humanos.

Diz a organização:

“Uma Marcha pelo Direito à Vida Independente, pelo direito a uma Vida Digna, pelo reconhecimento do nosso empoderamento, pelo respeito das nossas decisões!

Somos mulheres e homens com deficiência/diversidade funcional, somos cidadãos e cidadãs ainda sem igualdade de direitos e exigimos que os nossos Direitos Humanos sejam reconhecidos e respeitados!

Exigimos: O direito à escolha pela Vida Independente; o início do Modelo de Apoio à Vida Independente (MAVI) e o fim das limitações de número de participantes e do número de horas de assistência disponíveis para cada participante, ao abrigo do MAVI; que os serviços de assistência pessoal sejam viabilizados pelo Estado; acessibilidade nos transportes públicos e direito livre de circulação nos transportes e nas ruas; respeito e devida aplicação das leis nacionais e internacionais de não discriminação e de combate à violência sobre as pessoas com deficiência/diversidade funcional; mais e melhor eficácia do Sistema de Atribuição de Produtos de Apoio; acesso à Cultura, sem restrições; acesso ao emprego; ensino verdadeiramente inclusivo e que forme jovens com deficiência/diversidade funcional para entrada no mercado de trabalho; acesso a nível físico, de comunicação e informação a todos os serviços de Saúde; o reconhecimento do Código Braille aplicado à Língua Portuguesa e o aumento de publicações disponíveis; o reconhecimento da Língua Gestual Portuguesa, sua defesa e ensino; Em suma, mais oportunidades, mais acesso, menos discriminação, e menos pobreza.

Convocamos TODAS e TODOS a marchar connosco!

Juntem-se a nós, juntem-se à defesa de uma sociedade verdadeiramente de todos para todos!

Nada sobre nós sem nós!

A nossa vida, os nossos direitos, as nossas decisões!”

Assim, a Assembleia Municipal de Odivelas, reunida em plenário no dia 3 de Maio de 2018, saúda todas as Pessoas, com deficiência/diversidade funcional auditiva, visual, física/motora, intelectual, de aprendizagem/desenvolvimento, Pessoas com qualquer tipo de incapacidade, Pessoas sem deficiência, interessadas em defender os Direitos Humanos que se juntam desde dia 2 até ao dia 5 na vigília e a todos e todas os que estarão presentes nas marchas convocadas para o dia 5 de Maio, tal como as

Associações, Movimentos e Grupos de Cidadãos envolvidos.

(Documento apresentado pela bancada do BE – Aprovado por maioria com os votos a favor das bancadas do PS, PAN, PPD/PSD, CDU e BE e abstenção da bancada do CDS/PP)

O Presidente da Assembleia Municipal de Odivelas

(Miguel Cabrita)

Odivelas, 04 de maio de 2018

(Aprovado por maioria)

VOTO DE SAUDAÇÃO

GREVES DOS TRABALHADORES DA SAÚDE

Pela bancada do BE, foi apresentado um Voto de Saudação com o título “Greves dos Trabalhadores da Saúde” (documento n.º 4), que será transcrito em ata. Colocado à votação foi o voto de saudação rejeitado, por maioria, com os votos a favor das bancadas do BE, CDU, PPD/PSD, abstenção da bancada do PAN e votos contra do PS e CDS/PP.

(Rejeitada por maioria)

PONTOS PENDENTES

PASSAGEM DE PONTOS PARA UMA PRÓXIMA SESSÃO DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Pelo Senhor Presidente da Assembleia Municipal de Odivelas foi posto à votação a passagem dos pontos 1, 2, 3, 4 e 5 para uma próxima Sessão da Assembleia Municipal.

Ponto 1 – Informação escrita sobre a atividade e situação financeira do Município.

Ponto 2 - Proc. n.º 9/DM/2018 – SIMAR:

A - Prestação de Contas a 31/12/2017;

B – Relatório de Gestão 2017;

C - Relatório Anual de Auditoria 2017 (para conhecimento).

Ponto 3 - Proposta de Regulamento do Fundo de Auxílio Social de Emergência (Fase), após consulta pública.

Ponto 4 - Proposta de desafetação do domínio público para integrar o domínio privado municipal da parcela de terreno contígua à escola EB1/JI Quinta das Dálias,



designada por "parcela A", com a área de 344,24 m², sita no Bairro Casal das Queimadas, Freguesia de Famões, atualmente União das Freguesias de Pontinha e Famões

Ponto 5 - Representante da Assembleia Municipal de Odivelas no Conselho da Comunidade.

(Aprovado por unanimidade)



ANEXO

**PROCEDIMENTO DE CONSULTA PÚBLICA DO PROJETO DE:
PLANO DE AÇÃO SOCIAL E TRANSPORTES ESCOLARES (PASTE)**



PROCEDIMENTO DE CONSULTA PÚBLICA DO PROJETO DE:
PLANO DE AÇÃO SOCIAL E TRANSPORTES ESCOLARES (PASTE)

(Nos termos do Edital N.º 53/PRES/2018 publicado na página 17 do presente Boletim)



Plano de Ação Social e Transportes Escolares

O Plano de Ação Social e Transportes Escolares estabelece e enquadra os critérios e as condições de acesso e de atribuição dos apoios sociais, a implementar pela Câmara Municipal de Odivelas, nesta matéria.

Este plano tem por base um conjunto de preceitos legais definidos pela legislação em vigor para esta matéria, bem como determinações decorrentes de opções tomadas pela Câmara Municipal, e surge da necessidade de uniformizar os critérios e os procedimentos a adotar no âmbito da atribuição dos diferentes apoios socioeducativos aos alunos que frequentam as escolas da rede pública do concelho de Odivelas.

Considerando:

- O princípio de que o ensino básico é universal, obrigatório e gratuito, nos termos da Lei de Bases do Sistema Educativo (Lei n.º 46/86, de 14 de outubro, alterada pelas Leis nº 85/2009, de 27 de agosto, 49/2005, de 30 de agosto, 115/97, de 19 de setembro);
- O desenvolvimento geral da educação pré-escolar, estabelecido na Lei -Quadro n.º 5/97, de 10 de fevereiro, e das regras constantes no Decreto-Lei n.º 147/1997, de 11 de junho;
- O Protocolo de Cooperação celebrado entre o Ministério da Educação, o Ministério do Trabalho e da Solidariedade Social e a Associação Nacional de Municípios Portugueses, o qual estabelece as condições de financiamento e participação da Câmara Municipal no programa, e que tem por base o Programa de Expansão e Desenvolvimento na Educação Pré-Escolar;
- A transferência de atribuições e competências para os municípios, em matéria de Ação Social e Transportes Escolares, prevista na Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, e outra legislação específica sobre a matéria;
- O regime de escolaridade obrigatória para as crianças e jovens que se encontram em idade escolar, estabelecido na Lei n.º 85/2009, de 27 de agosto;
- A definição de apoios especializados a prestar na educação pré-escolar e nos ensinos básico e secundário, destinados aos alunos com necessidades educativas especiais, com regulamentação pelo Decreto-Lei nº 3/2008, de 7 de janeiro, na alteração que lhe foi dada por apreciação parlamentar, pela Lei nº 21/2008, de 12 de maio;



- O regime jurídico aplicável à atribuição e ao funcionamento dos apoios no âmbito da ação social escolar, enquanto modalidades de apoio e complemento educativo, previstas no Decreto-Lei n.º 55/2009, de 2 de março, e outra legislação subsequente, são de responsabilidade partilhada entre a administração central e os municípios, nos termos do referido Decreto-Lei, e da demais legislação que regula as respetivas áreas de competência;
- O Decreto - Lei nº 176/2012, de 2 de agosto, que regula o regime de matrícula e de frequência no âmbito da escolaridade obrigatória das crianças e jovens e estabelece medidas que devem ser adotadas no âmbito dos percursos escolares dos alunos, procedendo ainda à alteração ao Decreto-Lei nº 299/84, de 5 de setembro, alterado pela Lei nº 13/2006, de 17 de abril, e pelos Decretos-Lei nº 7/2003, de 15 de janeiro, 186/2008, de 19 de setembro, e 29-A/2011, de 1 de março, que regula a transferência para os municípios das novas competências em matéria de organização, financiamento, e funcionamento dos transportes escolares;
- A definição dos escalões de apoio de acordo com o posicionamento do agregado familiar por referência ao abono de família efetuada em regulamento próprio através do Decreto-Lei n.º 176/2003, de 2 de agosto, com as alterações introduzidas pelos Decretos-Leis n.ºs 41/2006, de 21 de fevereiro, 87/2008, de 28 de maio, 245/2008, de 18 de dezembro, 201/2009, de 28 de agosto, 70/2010, de 16 de junho, 116/2010, de 22 de outubro, 133/2012, de 27 de junho, e alterado pela Lei nº 42/2016, de 28 de dezembro, e pelo Decreto-Lei nº 25/2017, de 3 de março.

Tendo presente os princípios gerais da equidade, da discriminação positiva e da solidariedade social, subjacentes à atribuição dos apoios e ao funcionamento das medidas da ação social escolar, no sentido de criar melhores condições de ensino/aprendizagem e de proporcionar condições de igualdade de oportunidades de acesso e sucesso escolar a todas as crianças e jovens do concelho, a elaboração e implementação de um **Plano de Ação Social e de Transportes Escolares** afigura-se neste contexto, como um instrumento fundamental para proceder à identificação das diferentes modalidades de apoio.

Objetivos das Medidas a Implementar

- Promover medidas de discriminação positiva e de combate à exclusão social;
- Promover a igualdade de oportunidades no acesso e sucesso escolar;
- Promover medidas de integração das crianças e jovens com deficiência;
- Prevenir o insucesso educativo e o abandono escolar precoce;
- Criar condições para assegurar a progressiva gratuitidade da frequência do ensino básico;
- Articular as políticas sociais com as políticas de apoio à família;



- Integrar medidas que uniformizem as medidas de ação social escolar para as crianças que frequentam a educação pré-escolar e para os alunos que frequentam o ensino básico, secundário e profissional.

Modalidades de Apoio

I. Apoios Socioeducativos:

a) Auxílios Económicos – Consiste na atribuição de um apoio financeiro para os alunos que frequentam as escolas básicas do 1.º ciclo do concelho, cuja situação socioeconómica determina a necessidade de comparticipação das despesas com a aquisição de material escolar.

b) Tecnologias de Apoio – Consiste na atribuição de um apoio financeiro para os alunos com necessidades educativas especiais (NEE) que frequentam as escolas básicas do 1.º ciclo do concelho, destinado a comparticipar a aquisição de dispositivos facilitadores de aprendizagem, com vista a melhorar a sua funcionalidade e a reduzir eventuais incapacidades decorrentes da situação em que se encontram.

c) Visitas de Estudo – Consiste na atribuição de um apoio financeiro destinado aos alunos beneficiários do escalão 1 e 2 do abono de família que frequentam as escolas básicas do 1º ciclo do concelho, para comparticipação das visitas de estudo.

II. Refeições Escolares – Traduz-se na oferta do serviço de três refeições diárias (pequeno-almoço, almoço e lanche), saudáveis, equilibradas e adequadas às necessidades da população em idade escolar e, na comparticipação, do custo das refeições de acordo com a situação socioeconómica dos agregados familiares das crianças e alunos que frequentam os estabelecimentos de educação e ensino do pré-escolar e do 1.º ciclo do ensino básico, da rede pública, do concelho, podendo vir a abranger, total ou parcialmente, todos os alunos abrangidos pela escolaridade obrigatória.

III. Atividade de Animação e de Apoio à Família (AAAF) – Traduz-se na comparticipação do custo da mensalidade paga pelas famílias, de acordo com a situação socioeconómica dos agregados familiares, para que as crianças que frequentam os estabelecimentos de educação pré-escolar, da rede pública, possam frequentar as AAAF, que são atividades complementares às atividades educativas, e a funcionar em horários ajustados às necessidades das famílias.

IV. Transportes Escolares – Consiste na atribuição do passe escolar e/ou na oferta do serviço de transporte escolar, aos alunos que residam no concelho de Odivelas, que frequentam



escolas do ensino básico, secundário e profissional, e que cumpram as normas emanadas pelo Ministério da Educação, no que respeita ao processo de matrícula e seu encaminhamento.

ANEXO I

NORMAS DOS APOIOS SOCIOEDUCATIVOS

CAPÍTULO I

Disposições Gerais

I

(Do Objeto)

As presentes Normas regulam as condições de atribuição dos subsídios de Auxílios Económicos e de Tecnologias de Apoio, bem como o apoio às visitas de estudo programadas no âmbito das atividades curriculares.

II

(Da Natureza)

1. O apoio em Auxílios Económicos traduz-se na atribuição de um subsídio destinado a comparticipar anualmente a aquisição do material escolar para os alunos carenciados.
2. O apoio em Tecnologias de Apoio traduz-se na atribuição de um subsídio destinado a comparticipar, anualmente, a aquisição de dispositivos facilitadores que se destinam a melhorar a funcionalidade e a reduzir a incapacidade dos alunos, com Necessidades Educativas Especiais (NEE) com programa educativo individual, organizado nos termos do Decreto-Lei n.º 3/2008, de 7 de janeiro.
3. São considerados para efeitos da atribuição do subsídio para Tecnologias de Apoio, os recursos pedagógicos de apoio complementar, devidamente identificados e justificados no programa educativo individual do aluno, pela Equipa de Educação Especial.
4. No contexto da ação social escolar, são comparticipadas as visitas de estudo programadas no âmbito das atividades curriculares, aos alunos que sejam beneficiários dos escalões 1 e 2 do abono de família, a frequentar as escolas básicas do 1º ciclo do concelho.



III

(Dos Destinatários)

1. São destinatários dos Auxílios Económicos, para aquisição de material escolar, os alunos do 1º ciclo do ensino básico que frequentem as escolas do concelho, e cujos agregados familiares sejam considerados carenciados.
2. São ainda destinatários do subsídio de Auxílios Económicos, os alunos do 1º ciclo do ensino básico das escolas da rede pública do concelho de Odivelas, com necessidades educativas individuais (NEE) e com programa educativo individual, e cujas necessidades educativas especiais permitam a utilização da generalidade dos materiais considerados para efeitos da comparticipação na aquisição do material escolar para os restantes alunos.
3. São destinatários das Tecnologias de Apoio, os alunos do 1º ciclo do ensino básico, com necessidades educativas especiais (NEE) e com programa educativo individual, que frequentem modalidades específicas de educação, e cujas necessidades educativas impliquem a utilização de materiais específicos, facilitadores das aprendizagens individuais.
4. São destinatários do apoio para visitas de estudo os alunos que frequentam as escolas básicas do 1º ciclo do concelho.

CAPÍTULO II

Candidatura e Comparticipação

IV

(Dos Escalões de Apoio)

1. O escalão de apoio para atribuição dos auxílios económicos aos alunos que frequentam as escolas básicas do 1º ciclo é determinado pelo posicionamento nos escalões de rendimento dos agregados familiares para atribuição do abono de família.
 - a. **Escalão A** - Alunos cujos agregados familiares se encontrem no 1º escalão, para efeitos de atribuição de abono de família;
 - b. **Escalão B** – Alunos cujos agregados familiares se encontrem no 2.º escalão para efeitos de atribuição de abono de família.
2. Os alunos com necessidades educativas especiais beneficiam de apoio no escalão mais favorável, independentemente do escalão de abono de família em que o seu agregado familiar se encontra inserido.
 - a. **Auxílios Económicos no Escalão A** - Alunos com necessidades educativas especiais (NEE), cujas necessidades educativas permitam a utilização da generalidade dos materiais considerados para efeitos da comparticipação na aquisição do material escolar para os restantes alunos;
 - b. **Subsídio em Tecnologias de Apoio** - Alunos com necessidades educativas especiais (NEE), cujas necessidades educativas impliquem a utilização de materiais específicos, facilitadores das aprendizagens individuais.



3. O apoio para as visitas de estudo programadas no âmbito das atividades curriculares, aos alunos que frequentam as escolas básicas do 1.º ciclo do concelho, é determinado pelo posicionamento nos escalões de rendimento dos agregados familiares para atribuição do abono de família.
 - a. **Escalão A** - Alunos cujos agregados familiares se encontrem no 1.º escalão, para efeitos de atribuição de abono de família;
 - b. **Escalão B** – Alunos cujos agregados familiares se encontrem no 2.º escalão, para efeitos de atribuição de abono de família;
 - c. **Escalão C** – Alunos cujos agregados familiares se encontrem no 3.º escalão e seguintes do abono de família.

V

(Das Candidaturas)

1. A candidatura aos apoios sócio educativos é efetuada nos agrupamentos de escolas, a partir da data de início das matrículas nos estabelecimentos de ensino, através do preenchimento e entrega dos Formulários de Candidatura, enviados previamente, pela Câmara Municipal de Odivelas.
2. Os formulários de candidatura encontram-se, igualmente disponíveis, no Site da Câmara Municipal de Odivelas, em **www.cm-odivelas.pt**.
3. Os agrupamentos de escolas responsabilizam-se por efetuar, de forma atempada, a divulgação das condições de candidatura aos potenciais destinatários dos apoios sócio educativos, bem como, informar sobre o resultado do processo de candidatura.
4. Após o devido preenchimento, os Formulários deverão ser entregues nas Secretarias dos agrupamentos de escolas (nos Serviços de Ação Social Escolar - SASE), a quem compete a instrução do processo de candidatura, tendo por base a análise da condição socioeconómica do agregado familiar dos alunos, nos termos da legislação em vigor.
5. Os Formulários de Candidatura, acompanhados dos respetivos documentos comprovativos da situação socioeconómica do agregado familiar (cópia do documento emitido pelo serviço competente da Segurança Social ou, quando se trate de trabalhador da Administração Pública, pelo serviço processador dos vencimentos), constituem parte integrante do processo individual do aluno, pelo que deverão ficar arquivados no SASE, dos respetivos agrupamentos de escolas.
6. As candidaturas ao subsídio em tecnologias de apoio deverão ser acompanhadas por uma justificação formal por parte do Núcleo de Ensino Especial dos agrupamento de escolas, com a indicação expressa dos materiais a utilizar, sem a qual a candidatura será considerada sem efeito.
7. Após receção e validação das candidaturas pelo SASE, os agrupamentos de escolas enviarão à Câmara Municipal de Odivelas, em suporte digital (geral@cm-odivelas.pt), a listagem dos alunos.



8. A receção das candidaturas é precedida pela confirmação das mesmas pelos serviços competentes da Câmara Municipal de Odivelas, após a qual é efetuado o processamento do respetivo apoio, sendo remetida para o agrupamento de escolas, uma listagem dos alunos admitidos, em formato digital, por modalidade de apoio.
9. Considerando as mobilidades que ocorrem no sistema educativo, durante o 1º período letivo, estabelecem-se dois prazos de candidatura distintos:
 - 1ª Fase: Receção de candidaturas nos agrupamentos de escolas, até 15 de agosto, com data limite para receção das candidaturas na Câmara Municipal de Odivelas – até 31 de agosto;
 - 2ª Fase: Receção de candidaturas nos agrupamentos de escolas após o fim do prazo definido na 1.ª fase e até ao prazo limite de 31 de outubro, com data limite para receção das candidaturas na Câmara Municipal de Odivelas – até 15 de novembro.
10. No caso do apoio para as visitas de estudo, o processamento do pagamento, pela Câmara Municipal de Odivelas, é efetuado aos agrupamentos de escolas, mediante o envio de listagens nominais dos alunos, de acordo com o seu posicionamento nos diferentes escalões do abono de família, estabelecendo-se dois prazos distintos para o seu envio:
 - 1ª Fase: Receção das listagens na Câmara Municipal de Odivelas – até 15 de outubro;
 - 2ª Fase: Receção das listagens na Câmara Municipal de Odivelas - até 15 de novembro.
11. No caso dos alunos que se venham a inscrever nas escolas básicas do 1º ciclo do concelho após os prazos definidos para a 2ª fase (auxílios económicos, tecnologias de apoio e visitas de estudo), por motivos que não lhes sejam imputáveis, os mesmos poderão usufruir dos referidos apoios, mediante pedido fundamentado por escrito, por parte dos diferentes agrupamentos de escolas.

VI

(Das Comparticipações Financeiras)

1. O valor do subsídio de Auxílios Económicos a atribuir aos alunos, destinado à aquisição de material escolar, é definido anualmente por Despacho do Ministério da Educação, de acordo com os escalões de apoio, considerados da seguinte forma:
 - a. Escalão A – comparticipação de 100% sobre o valor fixado anualmente;
 - b. Escalão B – comparticipação de 50% sobre o valor fixado anualmente para o escalão.
2. O valor do subsídio destinado a comparticipar a aquisição de Tecnologias de Apoio, a atribuir aos alunos com NEE, é fixado anualmente pela Câmara Municipal de Odivelas, tendo como referência o cálculo do valor médio despendido com a atribuição de auxílios económicos e manuais escolares.
3. Os montantes dos subsídios relativos aos Auxílios Económicos e Tecnologias de Apoio, após validação e confirmação das candidaturas pela Câmara Municipal de Odivelas, são transferidos para os agrupamentos de escolas, de acordo com o número de alunos considerados e o respetivo escalão de apoio.



4. Anualmente, os agrupamentos de escolas informam a Câmara Municipal de Odivelas, da modalidade utilizada pelos mesmos, para disponibilizarem as verbas destinadas aos subsídios de Auxílios Económicos e às Tecnologias de Apoio, aos encarregados de educação.
5. Após receção da verba destinada a estes subsídios pelos agrupamentos de escolas, estes remeterão cópia dos recibos de entrega de verba e/ou de compra de material, com a assinatura do Encarregado de Educação e do responsável da Secretaria/Tesouraria dos agrupamentos de escolas.
6. Os valores não reclamados pelos encarregados de educação deverão ser devolvidos à Câmara Municipal de Odivelas, ao cuidado do Tesoureiro da Câmara Municipal, com os seguintes elementos: listagem nominal dos alunos que não efetuaram o levantamento da verba; estabelecimento de ensino e ano de escolaridade de frequência dos alunos; escalão de apoio e montante atribuído por aluno.
7. O apoio às visitas de estudo programadas no âmbito das atividades curriculares é definido anualmente por Despacho do Ministério da Educação, de acordo com os escalões de apoio, considerados da seguinte forma:
 - a. Escalão A – comparticipação de 100% sobre o valor fixado anualmente;
 - b. Escalão B – comparticipação de 50% sobre o valor fixado anualmente para o escalão A
 - c. Escalão C e seguintes – a definir anualmente pela Câmara Municipal de Odivelas.

CAPÍTULO III

Disposições Finais e Transitórias

VII

(Situações Omissas)

As situações omissas, não previstas nas presentes Normas, e que necessitem de ser supridas, serão analisadas e resolvidas, caso a caso, pela Câmara Municipal de Odivelas, de acordo com a legislação vigente.



ANEXO II

NORMAS DE FUNCIONAMENTO DO SERVIÇO DE REFEIÇÕES ESCOLARES

I

(Disposição Introdutória)

1. As presentes normas destinam-se a definir o funcionamento do fornecimento do serviço de refeições nos estabelecimentos de educação pré-escolar e das escolas básicas do 1.º ciclo da rede pública, podendo, num futuro próximo, vir a integrar estabelecimentos de ensino de 2.º e 3.º ciclos e ensino secundário, da rede pública do concelho.
2. Caso venha a ocorrer a situação prevista no ponto anterior, as regras de funcionamento do fornecimento do serviço de refeições, serão oportunamente definidas, e submetidas a aprovação dos órgãos competentes do Município, de acordo com a legislação que estiver em vigor.

CAPÍTULO I

Disposições Gerais

II

(Do Objeto)

As presentes normas identificam as regras e os procedimentos aplicáveis ao fornecimento e funcionamento do serviço de refeições em refeitórios escolares, sob gestão da Câmara Municipal de Odivelas.

III

(Do Objetivo)

O fornecimento de refeições em refeitórios escolares tem como objetivo contribuir para promover o sucesso educativo, combater a exclusão social e escolar, desenvolver hábitos alimentares saudáveis, através do fornecimento de refeições equilibradas e adequadas às necessidades das crianças em idade escolar.

IV

(Da Natureza)

1. O fornecimento de refeições em refeitórios escolares é assegurado pela Câmara Municipal de Odivelas, mediante a contratação do serviço a empresa de restauração coletiva, na observância pela legislação em vigor, e orientações do Ministério da Educação.
2. O fornecimento de refeições, em refeitórios escolares, consiste na distribuição de 3 refeições diárias (pequeno-almoço, almoço e lanche) nos jardins-de- infância e nas escolas do 1.º ciclo do ensino básico, da rede pública, do concelho de Odivelas.



V

(Dos Destinatários)

1. Beneficiam do fornecimento de refeições escolares, nos refeitórios escolares, todos os alunos que frequentam os estabelecimentos de educação e ensino do pré - escolar e do 1.º ciclo do ensino básico, e da rede pública do concelho, independentemente da condição socioeconómica do seu agregado familiar;
2. Caso o pessoal docente e/ou não docente, dos estabelecimentos de educação e ensino, pretendam usufruir do serviço de refeições, deverão fazer a sua marcação, diretamente com a empresa que presta o serviço, pagando o valor da refeição diretamente à mesma, não auferindo de qualquer comparticipação por parte da Câmara Municipal de Odivelas

VI

(Da Divulgação)

O fornecimento de refeições em refeitórios escolares, implica uma estreita articulação entre os serviços da Câmara Municipal de Odivelas e os agrupamentos de escolas do concelho, sobretudo no que se refere à divulgação das normas de acesso ao serviço, junto dos pais e encarregados de educação, no ato e/ou renovação da matrícula dos alunos.

CAPÍTULO II

Comparticipação das Refeições

VII

(Do Preço das Refeições)

1. A Câmara Municipal de Odivelas comparticipa todas as refeições fornecidas em refeitórios escolares.
2. A comparticipação, a que se refere o número 1, do presente artigo, tem subjacente a diferença entre o valor real da refeição e o preço a pagar pelas famílias.
3. O preço dos almoços a fornecer aos alunos nos refeitórios escolares dos estabelecimentos de ensino é fixado, anualmente, por Despacho do Membro do Governo responsável pela área da educação;
4. O valor a cobrar pela Câmara Municipal de Odivelas, relativamente às restantes refeições (pequeno-almoço e lanche), é definido pelo Executivo Municipal.



VIII (Dos Escalões de Apoio)

1. O acesso ao fornecimento de refeições escolares processa-se de acordo com os apoios previstos no âmbito da ação social escolar, os quais são determinados, em função do escalão de abono de família em que o agregado familiar se insere.
2. A comparticipação das famílias na aquisição de refeições é variável em função do escalão de apoio em que o agregado familiar se posiciona:
 - a. **Escalão A** – Gratuito (1º escalão para efeitos do abono de família);
 - b. **Escalão B** – 50% do valor da refeição (2º escalão para efeitos do abono de família);
 - c. **Escalão C** – 100% do valor da refeição (3º escalão e seguintes para efeitos do abono de família).
3. Para a atribuição do escalão de apoio aos alunos com necessidades educativas especiais (NEE), de acordo com legislação própria, será considerado o escalão de rendimento mais favorável.

CAPÍTULO III Acesso ao Serviço de Refeições Escolares

IX (Do Processo de Candidatura)

1. O acesso ao fornecimento do serviço de refeições escolares, é efetivado pelas famílias junto dos agrupamentos de escolas, no ato da matrícula e/ou renovação de matrícula, através do preenchimento e entrega do Formulário de Candidatura próprio, disponível nos agrupamentos de escolas e no sítio da Câmara Municipal de Odivelas, em **www.cm-odivelas.pt**.
2. O preenchimento e devolução do Formulário de Candidatura referido no ponto anterior é uma das condições base para o acesso ao serviço de refeições escolares, que permitirá a validação de pagamentos, consumos e desmarcações por parte dos encarregados de educação, através da criação de credenciais próprias, pela plataforma eletrónica SIGA - Edubox.
3. Aquando do preenchimento dos formulários, os encarregados de educação deverão mencionar quais as refeições (pequeno-almoço, almoço e lanche) que pretendem que os seus educandos consumam.
4. Os Formulários de candidatura, devidamente preenchidos, são entregues nas Secretarias dos agrupamentos de escolas (nos Serviços de Ação Social Escolar - SASE), e constituem parte integrante do processo individual do aluno.
5. A instrução dos processos de candidatura, a análise da condição socioeconómica dos agregados familiares, nos termos da legislação em vigor, assim como, a validação das candidaturas e a emissão de listagem de alunos apoiados por escalão, são da responsabilidade do SASE.



6. Após verificação das candidaturas, os agrupamentos de escolas, procederão ao envio de uma listagem, para efeitos de inserção na plataforma informática, que remeterão à Câmara Municipal de Odivelas, com os campos preenchidos, no formato a ser definido para o efeito.
7. O acesso ao fornecimento das refeições escolares, pode ser efetuado a todo o tempo, bastando para o efeito, que os pais e/ou encarregados de educação efetuem a inscrição da criança/aluno, nos parâmetros definidos nos números anteriores.

X

(Da Aquisição de Refeições)

1. A aquisição de refeições está condicionada à entrega dos formulários devidamente preenchidos na sede de cada um dos agrupamentos de escolas, sujeito a posterior validação por parte da Câmara Municipal de Odivelas.
2. A aquisição de refeições é efetuada no formato de pré-pagamento, diretamente à Câmara Municipal de Odivelas, através das seguintes modalidades:
 - a. Multibanco;
 - b. Presencialmente, nos postos de atendimento, cujas localizações e horários de funcionamento, serão divulgados no início de cada ano letivo.
3. O valor mensal do pagamento a efetuar, tem em conta o número de dias letivos inscritos no calendário escolar, sendo os acertos efetuados na fatura do mês imediatamente a seguir.
4. O encarregado de educação receberá uma fatura mensal, e o seu envio será efetuado em formato eletrónico ou em papel. Em ambos os casos, deverá constar no formulário referido no nº1, o endereço correto bem como um endereço alternativo.
5. Caso o encarregado de educação não tenha solicitado o acesso ao fornecimento das refeições escolares do seu educando, o mesmo poderá solicitar o consumo de refeições esporádicas, mediante o aviso, por caderneta, até às 16 horas do dia útil anterior ao da refeição.
6. Os estabelecimentos de ensino terão de enviar mensalmente as listagens nominais das refeições consumidas esporadicamente.

XI

(Da Marcação das Refeições)

1. As refeições ficam automaticamente marcadas na plataforma SIGA-Edubox.
2. A ausência de pagamento da refeição não confere ao aluno o direito ao seu consumo, podendo implicar o não fornecimento da mesma, por parte da Câmara Municipal de Odivelas.
3. Sem prejuízo do referido no número anterior, e tendo presente o superior interesse da criança, a Câmara Municipal de Odivelas poderá providenciar, no sentido de garantir o fornecimento do almoço aos alunos que compareçam no refeitório escolar para almoçar, e cujo encarregado de educação não tenha realizado o respetivo pagamento e/ou marcação.



XII

(Da Anulação das Refeições)

1. As refeições marcadas podem ser anuladas através do endereço eletrónico plataformasiga@cm-odivelas.pt, ou mediante atendimento presencial na Divisão de Educação, da Câmara Municipal de Odivelas, de acordo com o previsto nos números seguintes.
2. As anulações de consumos serão consideradas justificadas quando:
 - a. A ausência por doença seja igual ou inferior a 5 dias úteis consecutivos, justificada através da caderneta do aluno e assinado pelo professor titular de turma;
 - b. A ausência por doença seja superior a 5 dias úteis consecutivos, justificados através de apresentação de atestado médico;
 - c. A ausência do consumo ocorra por motivos não imputáveis ao aluno ou à respetiva família, desde que devidamente comprovado.
3. A apresentação da justificação da anulação das refeições deverá ser efetuada até ao último dia útil do mês a que o consumo diz respeito.
4. As refeições não anuladas, no prazo e forma indicados nos anteriores números 2 e 3, são consideradas como consumidas.

XIII

(Da Desistência ou Suspensão)

O pedido de desistência ou de suspensão do serviço de refeições deverá ser comunicado por escrito pelos encarregados de educação, à Câmara Municipal de Odivelas, através do endereço eletrónico plataformasiga@cm-odivelas.pt ou presencialmente na Divisão de Educação, até ao último dia do mês a que respeita. No acerto que daí resultar será considerado o número de refeições já consumidas pelo aluno.

XIV

(Das Dívidas)

1. O pagamento das refeições escolares deve ser garantido pelos encarregados de educação dos alunos, sendo que o incumprimento deste procedimento determina a inexistência de qualquer reserva de refeição escolar para o aluno em causa.
2. Quando exista um incumprimento por parte do encarregado de educação do aluno do dever de efetuar o pagamento da refeição, a Câmara Municipal de Odivelas, em sua substituição, garante o fornecimento do almoço, atendendo ao direito à alimentação, consagrado na Declaração dos Direitos da Criança, subscrita na íntegra por Portugal, tendo o direito legal ao ressarcimento da respetiva verba, por parte dos faltosos.



3. Quando a situação referida no número anterior, constitua um comportamento reiterado por parte do encarregado de educação do aluno, havendo indícios de comprovada negligência, poderá a Câmara Municipal de Odivelas ou o agrupamento de escolas, proceder à comunicação deste facto, junto da Comissão de Proteção de Crianças e Jovens de Odivelas.
4. O apuramento da dívida decorrente do consumo de refeições escolares, e do não pagamento das mesmas, determina a identificação do valor da dívida em causa, com emissão de uma fatura, para regularização no prazo de 10 dias.
5. Sem prejuízo dos números anteriores, do presente artigo, o não pagamento da dívida dentro do prazo de pagamento voluntário, implica a extração das respetivas certidões de dívida e o seu envio aos serviços competentes, para efeitos de execução fiscal.

CAPÍTULO IV

Funcionamento do Refeitório Escolar

XV

(Do Funcionamento do Refeitório Escolar)

1. O refeitório escolar funciona nos dias úteis, e em tempo letivo, para todas as crianças do pré-escolar e os alunos do 1.º ciclo do ensino básico, da rede pública, encontrando-se encerrado nas interrupções letivas e férias escolares para os alunos do 1.º ciclo do ensino básico, e para as crianças do pré-escolar que não frequentem as atividades de animação e apoio à família.
2. A monitorização e avaliação do serviço de fornecimento de refeições escolares são da responsabilidade da Câmara Municipal de Odivelas, em colaboração com os órgãos de gestão dos estabelecimentos de educação e ensino.
3. O refeitório escolar é um espaço que está ao serviço de todas as crianças/alunos, mesmo daqueles que, por motivos devidamente justificados, consomem uma refeição confeccionada em casa.
4. O serviço de refeições escolares funciona todos os dias letivos, nos seguintes horários:
 - a. Pequenos-almoços - imediatamente antes do início da atividade letiva;
 - b. Almoços - entre as 11h:30m e as 14h:30m;
 - c. Lanches - a partir das 15h:30m (ou de acordo com o horário dos intervalos estipulado pelo estabelecimento de ensino).
5. A distribuição/fornecimento dos lanches será articulada entre a coordenação do estabelecimento de ensino e a empresa responsável pelo serviço de refeição, por referência aos horários e espaços escolares específicos de cada estabelecimento de ensino, sendo dado conhecimento do mesmo, à Câmara Municipal de Odivelas.



6. No caso de se verificar alguma emergência e/ou falha no abastecimento de água, energia elétrica ou gás, o fornecimento de refeições escolares é assegurado, mediante o recurso a uma ementa composta por alternativas de produtos alimentares à base de conservas (como prato principal), pão, fruta e água engarrafada.
7. O aluno deve entrar no refeitório de forma ordeira, e sentar-se à mesa, acatando as indicações dadas pelos adultos, promovendo um ambiente calmo ao longo da refeição. O aluno deve ser sensibilizado e informado, por parte dos adultos (pessoal docente, pessoal não docente), a experimentar novos alimentos e sabores, presentes nas ementas, para a adoção de comportamentos alimentares mais saudáveis.
8. O espaço do refeitório escolar está interdito a pessoas estranhas ao serviço de fornecimento de refeições, sem prévia autorização da Câmara Municipal de Odivelas/Divisão de Educação, excetuando:
 - a) Trabalhadores da Câmara Municipal de Odivelas/Divisão de Educação;
 - b) Pessoal Não Docente afeto ao respetivo estabelecimento de ensino;
 - c) Pessoal Docente do respetivo estabelecimento de ensino;
 - d) Pessoal dos quadros da empresa prestadora do serviço de refeições.
9. Está interdita a guarda e conservação de alimentos vindos de casa (p.e. bolos de aniversário, entre outros) nos equipamentos de refrigeração da cozinha, pelo que qualquer situação que possa ocorrer com o seu consumo, a empresa prestadora do serviço de refeições e a Câmara Municipal de Odivelas, declinam qualquer responsabilidade.

XVI

(Das Ementas)

1. As ementas das refeições escolares são elaboradas pela Câmara Municipal de Odivelas, por um Técnico de Nutrição, de acordo com as orientações emanadas pelo Ministério da Educação - Direção Geral de Desenvolvimento Curricular, e do Documento “Educação Alimentar em Meio Escolar – referencial para uma oferta alimentar saudável”.
2. De acordo com a Lei nº 11/2017, de 17 de abril, será igualmente disponibilizada a ementa vegetariana.
3. Para ter acesso à opção identificada no ponto 2, e para facilitar a gestão e fornecimento dos pratos vegetarianos, os encarregados de educação deverão preencher uma ficha de sinalização específica, ficando assim assegurado o fornecimento diário da mesma.
4. As ementas serão afixadas no estabelecimento de ensino, em local visível a toda a comunidade educativa, podendo ainda ser consultadas no sítio oficial da Câmara Municipal de Odivelas - **www.cm-odivelas.pt**, bem como através da **Plataforma SIGA - Edubox**.
5. As ementas são semanais, não podendo ser alteradas sem prévia autorização da Câmara Municipal de Odivelas, salvo em situações excecionais e por motivos não imputáveis à entidade adjudicante.



6. A composição das ementas das refeições escolares é variável, de acordo com o tipo de refeição:
 - a. A refeição do pequeno-almoço inclui: **sandes** (fiambre de aves ou queijo ou manteiga ou doce); e **leite** simples ou achocolatado em pacote tipo tetrapack ou **iogurte** de aromas líquido;
 - b. A refeição do almoço inclui: sopa de legumes ou leguminosas; **prato** de carne, ou peixe, ou ovos; acompanhamento (batata, ou arroz, ou massa, ou leguminosas); legumes/hortaliças ou salada; **pão**; **sobremesa** (doce ou fruta ao natural); **água** (única bebida permitida);
 - c. A refeição do lanche inclui: **sandes** (fiambre de aves, ou queijo, ou manteiga, ou doce) ou uma dose individual de bolacha Maria/torrada; **leite** simples em pacote tipo tetrapack, ou **iogurte** líquido de aromas, ou iogurte de aromas sólido, ou uma **peça de fruta**.
7. Excecionalmente, e em dias de passeio ou visitas de estudo, poderá ser fornecida a refeição tipo picnic (almoço e/ou lanche), desde que devidamente articulado, entre o órgão de gestão do estabelecimento de ensino e a empresa que fornece as refeições, com uma antecedência mínima, de 15 dias.

XVII

(Das Dietas Personalizadas)

1. Por motivos de saúde e/ou étnicos religiosos, as refeições fornecidas poderão ter uma ementa diferenciada, elaborada a partir de alimentos permitidos e tolerados pelas crianças/alunos, e ajustada às suas necessidades específicas, desde que a empresa adjudicatária do serviço tenha capacidade de fornecimento dos mesmos.
2. Para o efeito do exposto no número anterior, existem regras específicas que se encontram contempladas nas normas dos refeitórios escolares, distribuídas anualmente nos estabelecimentos de educação e ensino, e disponibilizadas através do Site oficial da Câmara Municipal de Odivelas.
3. Apenas nas situações, em que a Câmara Municipal de Odivelas, não possua capacidade de, em conjunto com a empresa adjudicatária do serviço, fornecer alimentação diferenciada, poderá o aluno usufruir de refeição enviada de casa para a escola.
4. Ressalva-se, que a refeição “caseira”, considerada no ponto anterior, terá de ser acondicionada em termos isotérmicos, que garanta a segurança e a integridade dos alimentos, já que está expressamente interdita a utilização dos equipamentos de conservação e aquecimento existentes no refeitório escolar.
5. Dado que o refeitório escolar é um espaço comum a todos os alunos, esta refeição “caseira” poderá ser tomada nesse espaço, no horário em vigor do estabelecimento de ensino, para realização do pequeno-almoço, almoço ou lanche.



CAPÍTULO V

Disposições Finais e Transitórias

XVIII

(Situações Omissas)

As situações omissas, não previstas nas presentes Normas, e que necessitem de ser supridas, serão analisadas e resolvidas, caso a caso, pela Câmara Municipal de Odivelas, de acordo com a legislação vigente.

ANEXO III

NORMAS DE FUNCIONAMENTO DAS ATIVIDADES DE ANIMAÇÃO E DE APOIO À FAMÍLIA (AAAF) NA EDUCAÇÃO PRÉ-ESCOLAR

CAPÍTULO I

Disposições Gerais

I

(Disposição Introdutória)

1. A educação pré-escolar é considerada a primeira etapa da educação básica no processo de educação ao longo da vida, sendo complementar da ação educativa da família, com a qual deve estabelecer estreita relação, favorecendo a formação e o desenvolvimento equilibrado da criança, tendo em vista a sua plena inserção na sociedade como ser autónomo, livre e solidário.
2. As Atividades de Animação e de Apoio à Família (AAAF), na vertente prolongamento de horário, traduzem-se na oferta de atividades de animação e acompanhamento das crianças que frequentam os estabelecimentos de educação pré-escolar da rede pública, antes e depois do período diário das atividades educativas e durante os períodos de interrupção destas atividades, de forma a assegurar um horário adequado às necessidades das famílias.
3. As AAAF são comparticipadas pela administração central e local e pelas famílias, de acordo com as condições socioeconómicas do agregado familiar, com o objetivo de promover a igualdade de oportunidades.
4. Ao longo do tempo, a Câmara Municipal de Odivelas (CMO), tem vindo a dar especial atenção ao aprofundamento das parcerias com os diferentes agentes educativos, no sentido de responder de forma eficaz às necessidades socioeducativas das crianças e das famílias, rentabilizando sinergias e recursos existentes na comunidade.



II

(Do Objeto)

As presentes normas regulam as condições de acesso, bem como o modelo de funcionamento das AAAF, nos estabelecimentos de educação pré-escolar.

III

(Dos Objetivos)

Com as AAAF pretende-se:

1. Adaptar os tempos de permanência das crianças nos estabelecimentos de educação pré-escolar às necessidades das famílias e, simultaneamente, garantir que as mesmas usufruam de atividades com qualidade pedagógica, complementares das atividades educativas.
2. Assegurar o acompanhamento das crianças, antes e depois do período diário de atividades educativas, e durante os períodos de interrupção dessas atividades.

IV

(Dos Destinatários)

São destinatários do serviço das AAAF as crianças com idades compreendidas entre os 3 anos e a idade de ingresso no 1º ano do 1º ciclo do ensino básico, que frequentem os estabelecimentos de educação pré-escolar da rede pública do Concelho de Odivelas.

CAPÍTULO II

Implementação, Organização e Funcionamento

V

(Da Implementação)

1. A Câmara Municipal de Odivelas constitui-se como entidade promotora do Programa das AAAF, nos termos estabelecidos no Protocolo de Cooperação celebrado entre o Ministério da Educação, o Ministério do Trabalho e da Solidariedade Social e a Associação Nacional de Municípios Portugueses.
2. A planificação das AAAF é da responsabilidade dos Agrupamentos de Escolas.
3. Para implementação das AAAF, podem constituir-se como entidades gestoras do Programa, os Agrupamentos de Escolas, as Associações de Pais e Encarregados de Educação, e as Instituições Particulares de Solidariedade Social.
4. Nas situações em que os Agrupamentos de Escolas não se assumam como entidades gestoras, constituem-se obrigatoriamente como entidade parceira das entidades gestoras por si selecionadas.
5. As entidades gestoras poderão prestar diretamente o serviço de AAAF ou estabelecer parcerias com entidades terceiras, para esse fim.



6. As entidades gestoras responsabilizam-se, entre outros, pela implementação e desenvolvimento das AAAF, tendo em conta as necessidades das crianças e das famílias e a capacidade dos espaços escolares, em devida articulação com os órgãos competentes dos Agrupamentos de Escolas.
7. A Câmara Municipal de Odivelas, enquanto entidade promotora do programa, comparticipa financeiramente a frequência das AAAF, leva a cabo o controlo financeiro da sua execução, e assume a monitorização e avaliação do Programa, em estreita colaboração com todos os parceiros envolvidos.
8. O pagamento relativo ao desenvolvimento do Programa das AAAF, apenas será considerado, após assinatura pelas partes, do Acordo de Colaboração Bipartido (entre a Câmara Municipal de Odivelas e o Agrupamento de Escolas) ou Tripartido (entre a Câmara Municipal de Odivelas, o Agrupamento de Escolas e a Entidade Gestora).

VI

(Da Organização e Funcionamento)

1. A oferta das AAAF é de natureza obrigatória pelos estabelecimentos de educação Pré-escolar, mas de frequência facultativa por parte das crianças.
2. As AAAF funcionam num período máximo de 11 meses por ano, entre setembro e julho.
3. Sem prejuízo da normal duração das atividades educativas na educação pré-escolar, as AAAF desenvolvem-se, obrigatoriamente, até às 17h30, podendo a oferta de atividades ser extensível ao período que antecede e precede a realização das atividades educativas no jardim-de-infância.
4. A oferta das AAAF poderá organizar-se durante os períodos de atividades educativas, entre as 7h00/ 9h00 e as 15h30/ 19h30, e nas interrupções dessas atividades, entre as 7h00 e as 19h30.
5. Em caso de necessidade das crianças e das famílias, poderá haver adequação do horário estabelecido no ponto anterior.
6. O horário de funcionamento das AAAF deverá ser comunicado aos encarregados de educação no momento da matrícula ou de renovação da matrícula, devendo ainda ser confirmado no início das atividades educativas.
7. O refeitório escolar encontra-se em funcionamento durante o período da oferta de AAAF, havendo, neste caso, lugar à participação da Câmara Municipal de Odivelas.
8. A planificação das AAAF deverá ter por base as presentes Normas, ter em conta as necessidades das crianças e das famílias, e estar articulada com o Plano Anual de Atividades e com o Projeto Educativo do Agrupamento de Escolas.
9. As AAAF são planificadas tendo em conta os recursos físicos existentes nos diferentes estabelecimentos de educação e ensino, e decorrem, preferencialmente, em espaços concebidos para estas atividades, sem prejuízo do recurso a outros espaços escolares.



10. As AAAF deverão funcionar com grupos mínimos de 15 crianças, e com grupos máximos de 25 crianças.
11. A abertura, o fecho, a limpeza das instalações e a vigilância dos recreios, são da responsabilidade da entidade gestora das AAAF, em articulação com os Agrupamentos de Escolas, quando estes não se apresentem como entidade gestora.
12. A entidade gestora ficará obrigada à correta utilização dos espaços escolares onde funcionem as AAAF, sendo responsável por garantir as condições de higiene e manutenção dos mesmos, assumindo a reposição ou reparação de qualquer material ou equipamento que se danifique, sempre que tal ocorra no decurso das atividades.
13. Compete à entidade gestora disponibilizar o material didático e de desgaste rápido, necessário à viabilização das atividades a desenvolver no âmbito das AAAF.
14. Compete aos educadores titulares de grupo assegurar a supervisão pedagógica e o acompanhamento da execução das atividades de animação de apoio à família, tendo em vista garantir a qualidade pedagógica das atividades desenvolvidas.
15. A supervisão pedagógica e o acompanhamento da execução das AAAF compreendem a programação das atividades, o acompanhamento das atividades através de reuniões com os respetivos dinamizadores, a avaliação da sua realização, e as reuniões com os encarregados de educação.
16. A monitorização e avaliação do Programa das AAAF são da responsabilidade da Câmara Municipal de Odivelas, em estreita articulação com os Agrupamentos de Escolas, e com as entidades gestoras.

CAPÍTULO III

Comparticipação do Serviço e Inscrições

VII

(Dos Escalões de Apoio)

1. Os escalões de apoio são definidos de acordo com o posicionamento dos agregados familiares para efeitos de atribuição do abono de família:
 - a. **Escalão A** – Crianças cujos agregados familiares se encontrem no 1.º escalão para efeitos de abono de família;
 - b. **Escalão B** – Crianças cujos agregados familiares se encontrem no 2.º escalão para efeitos de abono de família;
 - c. **Escalão C** – Crianças cujos agregados familiares se integrem nos restantes escalões para efeitos de atribuição de abono de família.
2. Para efeitos de atribuição do escalão de apoio aos alunos com Necessidades Educativas Especiais (NEE), bem como a outros alunos que, de acordo com a legislação própria, possam vir a estar incluídos, será considerado o posicionamento do agregado familiar no escalão de rendimento mais favorável.



3. Em caso de dúvida sobre o posicionamento dos agregados familiares nos escalões de rendimentos, cabe ao Agrupamento de Escolas desenvolver as diligências necessárias ao apuramento da condição socioeconómica das famílias, bem como prevenir e corrigir situações de usufruto indevido.
4. Os casos excecionais, e não previstos nestas Normas, deverão ser analisados individualmente no Agrupamento de Escolas, por referência ao enquadramento normativo em vigor, sujeitos a validação por parte dos serviços competentes da Câmara Municipal de Odivelas.

VIII

(Da Comparticipação Financeira)

1. A Câmara Municipal de Odivelas comparticipa o custo da mensalidade das AAAF na educação pré-escolar, a todas as crianças que frequentem os estabelecimentos de educação pré-escolar da rede pública do concelho, sendo os montantes correspondentes, transferidos para as entidades gestoras do Programa.
2. A Câmara Municipal de Odivelas comparticipa a diferença entre o valor máximo de referência mensal que é de € 75,00 por criança, estabelecido pela Câmara Municipal para o custo do serviço, e o valor a pagar pelas crianças em função dos 3 escalões de apoio, definidos em função do posicionamento do agregado familiar para efeitos de atribuição do abono de família.
3. Comparticipação da família (por criança):
 - a. **Escalão A** – comparticipação de 0% do valor máximo de referência;
 - b. **Escalão B** – comparticipação de 35% do valor máximo de referência;
 - c. **Escalão C** – comparticipação de 75% do valor máximo de referência.
4. Comparticipação da Câmara Municipal de Odivelas (por criança):
 - a. **Escalão A**: comparticipação de 100% do valor máximo de referência;
 - b. **Escalão B**: comparticipação de 65% do valor máximo de referência;
 - c. **Escalão C**: comparticipação de 25% do valor máximo de referência.
5. A Câmara Municipal de Odivelas procederá à transferência das verbas para as entidades gestoras, em três tranches, respetivamente em agosto, dezembro e março, tendo por base, a estimativa do número de crianças inscritas nas AAAF e o seu posicionamento nos respetivos escalões de apoio.
6. Sempre que o custo do serviço exceda o valor máximo de referência, definido pela Câmara Municipal de Odivelas, a diferença será integralmente suportada pelas famílias.
7. A entidade gestora efetuará a entrega da listagem das crianças inscritas, com os comprovativos dos valores da comparticipação aos encarregados de educação nas AAAF, até ao final dos meses de janeiro, abril e agosto, a fim de se proceder a eventuais acertos e transferências subsequentes.



8. A entidade gestora deverá arquivar, em processo próprio, toda a documentação respeitante às AAAF, nomeadamente, comprovativos de frequência das crianças, posicionamento das crianças por escalões de apoio, dos pagamentos das famílias, e das respetivas participações.

IX (Das Inscrições)

1. A Câmara Municipal de Odivelas disponibilizará os formulários de candidatura a todos os agrupamentos de escolas, a partir da data oficial de início das matrículas nos estabelecimentos de educação e ensino.
2. Os formulários de candidatura encontram-se igualmente disponíveis, no Site da Câmara Municipal de Odivelas, em www.cm-odivelas.pt.
3. Os agrupamentos de escolas responsabilizam-se por efetuar de forma atempada, a divulgação das condições de inscrição aos potenciais interessados, bem como, o resultado do processo de candidatura.
4. Os encarregados de educação que estejam interessados, em que os seus educandos frequentem as AAAF, deverão formalizar a sua inscrição, através do preenchimento e entrega dos Formulários de Candidatura, que deverão ser solicitados nos Serviços de Ação Social Escolar (SASE), dos Agrupamentos de Escolas ou nos Estabelecimentos de Educação que frequentam, a quem compete a instrução do processo de candidatura, tendo por base a análise da condição socioeconómica do agregado familiar das crianças, nomeadamente o posicionamento do agregado familiar nos escalões de rendimento para a atribuição do abono de família.
5. Os formulários de candidatura acompanhados dos respetivos comprovativos da situação socioeconómica do agregado familiar (cópia do documento emitido pelo serviço competente da Segurança Social ou, quando se trate de trabalhador da Administração Pública, pelo serviço processador dos vencimentos) constituem parte integrante do processo individual do aluno, pelo que deverão ficar arquivados no SASE, do Agrupamento de Escolas.
6. Após receção e validação das candidaturas pelo SASE, os Agrupamentos de Escolas enviarão à Câmara Municipal de Odivelas, em suporte digital (através do e-mail: geral@cm-odivelas.pt), a listagem dos alunos, durante o mês de setembro.
7. A inscrição das crianças nas AAAF poderá ser solicitada no decorrer do ano letivo, sendo para tal obrigatório, que os encarregados de educação procedam à sua inscrição de acordo com as presentes normas.
8. Nas situações previstas no número anterior, os Agrupamentos de Escolas deverão considerar, para efeitos de pagamento, a data em que a criança inicia a frequência das AAAF, e informar de imediato, a Câmara Municipal de Odivelas.
9. Nos casos de mudança do escalão de apoio, os Agrupamentos de Escolas deverão considerar o mês da emissão do respetivo comprovativo da situação socioeconómica do agregado familiar, e comunicar as alterações de escalão à Câmara Municipal de Odivelas.



CAPÍTULO IV

Disposições Finais

X

(Situações Omissas)

As situações omissas, não previstas nas presentes Normas, e que necessitem de ser supridas, serão analisadas e resolvidas, caso a caso, pela Câmara Municipal de Odivelas.

ANEXO IV

NORMAS DOS TRANSPORTES ESCOLARES

CAPÍTULO I

Disposições Gerais

I

(Disposição Introdutória)

Em cumprimento do disposto no Decreto-Lei nº 299/84, de 5 de setembro, alterado pelo Decreto-Lei nº 176/2012, de 2 de agosto, é competência das autarquias locais, a oferta do serviço de transporte escolar aos alunos do ensino básico, secundário e profissional, desde que residam a 3 Km ou 4 Km da escola que frequentam, respetivamente, sem ou com refeitório.

Nesse sentido, é objetivo da Câmara Municipal de Odivelas, com a criação das presentes Normas, definir e clarificar procedimentos no âmbito da organização dos processos de candidatura ao transporte escolar, nomeadamente no que diz respeito aos apoios definidos pela legislação em vigor, bem como os apoios concedidos por opção do Município.

II

(Do Âmbito do Serviço de Transporte Escolar)

É da competência da Câmara Municipal de Odivelas a oferta de um serviço de transporte escolar entre o local de residência dos alunos e os estabelecimentos de ensino básico, secundário ou profissional que os alunos frequentam, quando residam a mais de 3km ou 4km dos estabelecimentos de ensino, respetivamente, sem ou com refeitório.



CAPÍTULO II

Modalidades de Apoio

III

(De Acordo com Legislação em Vigor)

1. Comparticipação da totalidade do valor do passe escolar - 100%

- a. Alunos do ensino básico, menores de 18 anos, sujeitos à escolaridade obrigatória, que residam a mais de 3km ou 4Km do estabelecimento de ensino mais próximo (sem ou com refeitório, respetivamente);
- b. Alunos com necessidades educativas especiais, de carácter permanente, com currículo específico individual organizado nos termos da alínea e) do n.º 2, do art.º 16.º do Decreto-Lei nº 3/2008, de 7 de janeiro e do Decreto-Lei nº 176/2012, de 2 de agosto que frequentem o ensino básico e secundário;
- c. O apoio referido na alínea anterior é complementado com o serviço municipal de transporte especial, cujas normas de funcionamento se encontram previstas no Capítulo VI das presentes Normas.

IV

(Por Opção do Município de Odivelas)

1. Comparticipação da totalidade do valor do passe escolar - 100%

- a. Alunos do ensino básico, secundário e profissional, com idade igual ou inferior a 18 anos, sujeitos à escolaridade obrigatória, desde que residam a mais de 2 Km de distância do estabelecimento de ensino que frequentam, e beneficiem de Ação Social Escolar (A.S.E.);
- b. Alunos do ensino secundário ou profissional, com idade igual ou inferior a 18 anos, sujeitos à escolaridade obrigatória, e que residam a mais 3km ou 4Km do estabelecimento de ensino mais próximo (sem ou com refeitório, respetivamente);
- c. Os alunos que se incluam nos casos previstos no ponto 1, alíneas a) e b), e que frequentem ofertas formativas que integrem formação em contexto de trabalho, beneficiarão de apoio em transporte desde o local de residência até ao local de realização do estágio, desde que o mesmo faça parte do Plano Curricular de Curso.

2. Outros Apoios

Crianças que frequentem estabelecimentos de educação pré-escolar e alunos menores a frequentarem o ensino básico, cujo percurso casa/escola não seja acessível a pé em termos de distância, e que não permita a utilização de transportes públicos coletivos, para este efeito.



V

(Da Exceção)

Excetua-se do disposto nos artigos anteriores, as situações em que o estabelecimento de ensino pretendido pelo encarregado de educação ou pelo aluno, não seja aquele que serve a respetiva área de residência e, neste também haja a oferta formativa pretendida, assumindo, nestes casos, a expensas próprias, o encarregado de educação ou o aluno, os encargos com os custos de transporte que daí possam resultar.

CAPÍTULO III

Escolas Dentro do Concelho

VI

(Dos Procedimentos)

1. Para os estabelecimentos de ensino básico, secundário ou profissional, situados dentro do concelho, os processos de candidatura, deverão ser instruídos pelos mesmos, de acordo com os seguintes procedimentos:
 - a. A Câmara Municipal de Odivelas enviará a todos os estabelecimentos de ensino, em formato digital, os boletins de candidatura aos Transportes Escolares para o ano letivo seguinte, bem como as presentes Normas, até ao último dia útil do mês de junho de cada ano;
 - b. O estabelecimento de ensino é responsável, no ato da matrícula e/ou renovação da matrícula, pela divulgação atempada junto dos alunos, das condições de candidatura ao apoio em Transportes Escolares;
 - c. Para renovação do pedido de apoio em transportes escolares, para os alunos em que não se verifique alteração no escalão da Ação Social Escolar, estabelecimento de ensino que frequenta, ou de residência, o agrupamento de escolas poderá enviar apenas a listagem com a referida informação, dispensando assim, o preenchimento do boletim de candidatura;
 - d. No caso de transferência dos alunos para estabelecimentos de ensino fora do concelho, por falta de vaga ou curso nas escolas do concelho, o estabelecimento de ensino é responsável por informar os encarregados de educação, que os alunos podem continuar a usufruir do apoio em Transporte Escolar, conforme previsto nas partes IV, VIII e IX, das presentes Normas;
 - e. No caso dos alunos que mudem de residência e, dos que não têm vaga no estabelecimento de ensino mais próximo da área de residência, é obrigatório a junção, ao Boletim de Candidatura, de comprovativo de residência e declaração de não vaga do agrupamento de escolas ou escola não agrupada, da área de residência;



- f. O estabelecimento de ensino deverá prestar todas as informações aos candidatos e encarregados de educação, confirmar as informações constantes nos boletins e declarações, anexar obrigatoriamente cópia do comprovativo da Segurança Social em como os alunos são abrangidos pelo A.S.E, bem como informar os candidatos sobre o resultado do processo de candidatura;
- g. Posteriormente, os boletins de candidatura serão enviados para a Câmara Municipal de Odivelas, através do órgão de administração e gestão do estabelecimento de ensino, dentro dos prazos definidos nas presentes Normas;
- h. A Câmara Municipal de Odivelas, de acordo com os critérios estabelecidos nas modalidades de apoio, avaliará as candidaturas e dará conhecimento da decisão final, ao agrupamento de escolas ou escolas não agrupadas;
- i. Os estabelecimentos de ensino, ao longo do ano letivo, e após receção da listagem dos alunos em que conste autorização da Câmara Municipal de Odivelas para atribuição do apoio em transporte escolar, procederão ao carregamento dos passes escolares através do Portal Viva, ou providenciarão a emissão da requisição para carregamento de passe à empresa transportadora;
- j. Os carregamentos ou requisições para carregamento do passe por parte dos estabelecimentos de ensino serão efetuadas de setembro a junho, podendo ser extensível, no caso de estágios curriculares, até ao mês de julho;
- k. Os estabelecimentos de ensino, enviarão à Câmara Municipal de Odivelas, até ao último dia útil de cada mês, a listagem devidamente assinada pelos alunos ou pelos encarregados de educação, assim como, o mapa de requisição e devolução das requisições para o carregamento do passe;
- l. Os estabelecimentos de ensino não estão autorizados a efetuar o carregamento ou entrega da requisição para carregamento do passe aos alunos, sem prévia autorização da Câmara Municipal de Odivelas, sob pena de ficar à sua inteira responsabilidade o custo inerente a essas situações;
- m. Só serão emitidas requisições para carregamento do passe, caso o carregamento não seja possível através do Portal Viva.

VII

(Dos Prazos de Receção dos Processos de Candidatura)

1. Os boletins de transporte escolar deverão dar entrada nos serviços da Câmara Municipal de Odivelas, obrigatoriamente, até ao último dia útil do mês de setembro, para os alunos do ensino básico, e até ao último dia útil do mês de outubro, para os alunos do ensino secundário, sob pena dos pedidos serem indeferidos. A partir destas datas, só serão analisadas candidaturas de alunos transferidos compulsivamente para outros estabelecimentos de ensino, alunos que mudem de residência dentro do concelho, e alunos que passem a beneficiar de ASE no decorrer do mesmo ano letivo.



2. Os boletins de transporte escolar são, obrigatoriamente, preenchidos e instruídos com o comprovativo de morada da residência do aluno e o comprovativo do A.S.E., ficando os serviços competentes do estabelecimento de ensino, responsáveis pela confirmação das informações prestadas, bem como, pelo cumprimento dos prazos referidos.
3. Os boletins de transporte escolar, incorretamente ou insuficientemente preenchidos, serão devolvidos aos serviços administrativos do agrupamento de escolas ou escola não agrupada para suprimimento das falhas, e posterior envio à Câmara Municipal de Odivelas, no prazo máximo de 10 dias úteis após a devolução, sob pena de serem indeferidos.

CAPÍTULO IV

Escolas Fora do Concelho

VIII

(Dos Procedimentos)

1. Para os alunos que frequentam estabelecimentos de ensino localizados fora do concelho de Odivelas, os processos de candidatura deverão ser instruídos pela Junta de Freguesia da área de residência dos alunos, de acordo com os seguintes procedimentos:
 - a. A Câmara Municipal de Odivelas enviará às Juntas de Freguesia os boletins de candidatura aos transportes escolares, bem como as presentes Normas, até ao último dia útil do mês de junho, de cada ano;
 - b. Será da responsabilidade das Juntas de Freguesia:
 - i. A divulgação atempada dos requisitos necessários para os alunos poderem beneficiar do apoio em Transportes Escolares;
 - ii. Informar os candidatos e/ou os encarregados de educação sobre o resultado do pedido efetuado;
 - iii. Informar os candidatos e/ou os encarregados de educação dos prazos de pagamento do apoio;
 - iv. Informar os candidatos e/ou os encarregados de educação, dos documentos que estão obrigados a apresentar para efeitos de instrução de processo de candidatura, e para que os pagamentos possam ser levados a cabo.
 - c. Os boletins, devidamente preenchidos pelos encarregados de educação e/ou pelos alunos, confirmados pelo estabelecimento de ensino e pela Junta de Freguesia, serão enviados para a Câmara Municipal de Odivelas, dentro dos prazos definidos nas presentes Normas;
 - d. A Câmara Municipal de Odivelas, de acordo com os critérios estabelecidos nas modalidades de apoio, analisará as candidaturas e procederá à transferência de verbas para as Juntas de Freguesia, relativas às candidaturas que forem deferidas;



- e. A transferência de verbas para as Juntas de Freguesia será efetuada, em três vezes, respetivamente em setembro, dezembro e abril, sendo a primeira transferência calculada por estimativa;
- f. Após transferência das verbas por parte da Câmara Municipal de Odivelas, as Juntas de Freguesia deverão proceder ao pagamento das importâncias, aos alunos ou aos encarregados de educação, até ao dia 8 do mês seguinte, ao da data dos documentos apresentados pelos beneficiários;
- g. No ato do pagamento das verbas, os alunos ou os encarregados de educação, deverão, obrigatoriamente, apresentar os documentos abaixo mencionados, sob pena do não pagamento dos valores dos meses em falta:
 - i. Recibo comprovativo do carregamento do título de transporte;
 - ii. Declaração de frequência escolar referente aos meses correspondentes à verba que vão receber (por período letivo);
- h. As Juntas de Freguesia, até ao último dia útil do mês de agosto de cada ano, deverão enviar um ofício à Câmara Municipal de Odivelas, onde conste o valor total pago aos alunos e respetivos comprovativos de pagamento, efetuados no ano letivo transato;

IX

(Dos Prazos de Receção dos Processos de Candidatura)

1. Os boletins de transporte escolar deverão dar entrada na Câmara Municipal de Odivelas, obrigatoriamente, até ao último dia útil do mês de outubro, para os alunos do ensino básico, e até ao último dia útil do mês de novembro, para os alunos do ensino secundário, sob pena de serem indeferidos; a partir destas datas, só serão analisadas candidaturas de alunos transferidos compulsivamente para outros estabelecimentos de ensino, alunos que mudem de residência dentro do concelho, alunos que frequentem ofertas formativas específicas para o ensino básico, e alunos que passem a beneficiar de ASE no decorrer do ano letivo.
2. Os boletins de transporte escolar são, obrigatoriamente, preenchidos e instruídos com o comprovativo da residência do aluno, e o comprovativo da Segurança Social relativo ao escalão de apoio para efeitos de posicionamento para atribuição do abono de família; no caso de alunos que não têm vaga, área de estudo ou curso, no estabelecimento de ensino mais próximo da residência, é ainda obrigatório, que seja entregue uma declaração de ausência de vaga de estabelecimento de ensino ao boletim de candidatura, ficando os serviços competentes da Junta de Freguesia, responsáveis pela confirmação das informações prestadas, bem como, pelo cumprimento do prazo referido.
3. Os formulários incorretamente preenchidos serão devolvidos à Junta de Freguesia para suprimimento das falhas, e posterior envio à Câmara Municipal de Odivelas, no prazo máximo de 10 dias úteis após a devolução, sob pena de serem indeferidos.



CAPÍTULO V

Análise, Admissão e Reavaliação dos Processos de Candidatura

X

(Dos Procedimentos da Empresa Transportadora)

A empresa transportadora, aquando do envio das faturas à Câmara Municipal de Odivelas, juntará cópia das requisições correspondentes (caso existam), e discriminará o tipo de passe, o valor, a quantidade, e os estabelecimentos de ensino a quem foram fornecidas.

XI

(Da Análise e Admissão de Candidaturas)

1. A Câmara Municipal de Odivelas procederá à análise e confirmação dos processos, prestando, em tempo útil, a competente informação aos estabelecimentos de ensino e às Juntas de Freguesia.
2. O apoio em Transportes Escolares, definido no âmbito das presentes Normas, não poderá ser acumulado com outros apoios em transporte.

XII

(Da Reavaliação dos Processos de Candidatura)

1. Os pedidos de reavaliação dos processos de candidatura que tenham sido indeferidos, e efetuados quer por parte dos estabelecimentos de ensino, quer por parte dos alunos/encarregados de educação, deverão ser levados a cabo no prazo máximo de 15 dias, a contar da data de envio da primeira decisão ao estabelecimento de ensino ou à Junta de Freguesia, relativamente à não atribuição do apoio por parte da Câmara Municipal de Odivelas.
2. Estes pedidos de reavaliação de processos, deverão ser acompanhados da competente fundamentação e/ou documentação de apoio à tomada de decisão.

CAPÍTULO VI

Transportes Especiais

XIII

(Do Funcionamento)

1. Dentro da capacidade logística existente na Câmara Municipal de Odivelas, será assegurado o transporte escolar aos alunos com necessidades educativas especiais de carácter permanente (com programa educativo individual organizado nos termos do Decreto-Lei n.º 3/2008, de 7 de janeiro, e de acordo com o n.º 1, alínea b), do art.º 13.º do Despacho n.º



18987/2009, de 17 de agosto), desde que os alunos não beneficiem já de apoio prestado por outra entidade.

2. Todos os pedidos de transportes especiais, feitos pela primeira vez, deverão ser devidamente fundamentados, sendo para tal solicitado um processo organizado pelos agrupamentos de escolas/escola não agrupada/instituição, onde conste: nome do estabelecimento de ensino e endereço; endereço do aluno e contacto do encarregado de educação; tipo de deficiência, com comprovativo de relatório médico e de declaração de incapacidade.

XIV

(Do Âmbito)

1. Para admissão de alunos ao apoio em transportes especiais (dentro das limitações da frota automóvel disponível e das características/condicionalismos dos utentes a transportar), as prioridades, serão:
 - a. Alunos residentes no concelho de Odivelas, com necessidade educativas especiais de carácter permanente, inseridas na escolaridade obrigatória, ao abrigo da Lei n.º 85/2009, de 27 de agosto, e que frequentem a escola mais próxima da área de residência, ou uma Unidade de Apoio a Alunos com Deficiência que responda às suas necessidades de apoio;
 - b. Alunos residentes no concelho de Odivelas, que frequentam a escolaridade obrigatória, ao abrigo da Lei n.º 85/2009, de 27 de agosto, e que frequentem uma escola fora da sua área de residência ou Unidade de Apoio a Alunos com Deficiência que responda às suas necessidades de apoio (incluindo escolas ou unidades localizados nos concelhos limítrofes), por falta de resposta na escola ou Unidade de Apoio mais próxima da residência;
 - c. Alunos com necessidades educativas especiais (NEE), de carácter permanente, residentes no concelho, que frequentem estabelecimentos de educação e ensino do pré-escolar, localizados no concelho de Odivelas, com 4 ou 5 anos de idade.

XV

(Dos Procedimentos)

1. Os pedidos de apoio para transportes especiais (primeira inscrição ou renovação) deverão dar entrada na Divisão de Educação, da Câmara Municipal de Odivelas, até ao dia 31 de julho, para uma análise e informação de disponibilidade do serviço, em tempo útil. Só serão aceites pedidos fora deste prazo, em casos devidamente justificados, em que as causas do atraso, não dependam do beneficiário ou do respetivo encarregado de educação (nos casos em que tal se aplique).



2. Caso o pedido de transporte seja deferido, os pais e/ou encarregados de educação, serão informados em tempo útil, e assinarão termo de responsabilidade na Divisão de Educação, em que assumem a responsabilidade pela entrega e recolha dos alunos/utentes no local e horário, previamente definido para a paragem da viatura municipal, obrigando-se ainda, a entregar um contacto de fácil acesso, para ser utilizado exclusivamente, pelo motorista e/ou assistente operacional da viatura ou pelos serviços competentes da Câmara Municipal de Odivelas, em caso de necessidade iminente de informar/esclarecer/clarificar, qualquer assunto relacionado com o seu educando/familiar.
3. O transporte especial será assegurado dentro dos períodos letivos definidos pelo calendário escolar, e sempre que possível, dentro dos horários de início e final das atividades escolares, havendo exceção a esta regra, no caso de, comprovadamente, se realizarem atividades fora do calendário escolar, publicado anualmente, pelo órgão de administração central com competência nesta matéria.
4. O transporte especial ficará suspenso após 5 faltas injustificadas, dias seguidos ou alternados, dando vaga a outro pedido que se encontre em lista de espera.

CAPÍTULO VII

Disposições Finais e Transitórias

XVI

(Das Situações Omissas)

1. A evocação do desconhecimento das presentes Normas, não será considerada justificação aceitável, para o incumprimento das obrigações nelas constantes.
2. Situações excecionais, e/ou omissas nas presentes Normas, deverão ser apresentadas e devidamente justificadas pelos alunos/encarregados de educação, pelo estabelecimento de ensino, ou pela Junta de Freguesia, em requerimento dirigido ao Senhor Presidente da Câmara Municipal de Odivelas, cabendo à Vereação com o Pelouro da Educação, após a devida análise técnica, decidir caso a caso.

XVII

(Das Falsas Declarações)

As falsas declarações implicarão a cessação imediata do apoio atribuído, bem como o reembolso à Câmara Municipal de Odivelas, do montante correspondente à participação indevidamente recebida, por parte do aluno.